



**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mestrado Gestão**

*Especialização em Contabilidade e Auditoria*

**Relatório Estágio**

**Análise da aplicação do Sistema Oracle na empresa Kemet Electronics**

**Portugal, S.A.**

**Elaborado por:**

**Micaela Sofia Domingues Cabelo**

**Orientador:**

**Prof. Doutor Jorge Luís Pedreira Murteira Marques Casas Novas**

Évora

Maio 2012



**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mestrado em Gestão**

*Especialização em Contabilidade e Auditoria*

**Relatório Estágio**

**Análise da aplicação do Sistema Oracle na empresa Kemet Electronics**

**Portugal, S.A.**

**Elaborado por:**

**Micaela Sofia Domingues Cabelo**

**Orientador:**

**Prof. Doutor Jorge Luís Pedreira Murteira Marques Casas Novas**

Évora

Maio 2012

## **Relatório Estágio**

### **Análise da aplicação do Sistema Oracle na empresa Kemet Electronics Portugal, S.A.**

#### **Resumo**

O presente trabalho corresponde à etapa final de um percurso académico orientado para a obtenção do grau de mestre em Gestão com especialização em Contabilidade e Auditoria.

Este estudo tem como objetivo analisar a aplicação do sistema Oracle na empresa Kemet Electronics Portugal, S.A., principalmente no departamento da contabilidade, na realização das tarefas de conferência e contabilização de faturas e notas de crédito de fornecedores.

Com o intuito de atingir o objetivo proposto, a primeira parte do estudo inclui uma análise teórica aos temas da harmonização internacional contabilística e dos sistemas de informação contabilísticos. A segunda parte do trabalho é essencialmente dedicada às aplicações do sistema Oracle na referida empresa.

O estágio, que decorreu entre outubro de 2009 e abril de 2010, possibilitou o contacto com a realidade empresarial, permitindo o confronto entre os ensinamentos teóricos e a sua aplicação prática, no sentido de facilitar uma futura integração profissional.

O trabalho permitiu também compreender a importância da utilização dos sistemas de informação nas empresas multinacionais, ou seja, de que forma o sistema apoia a atividade e o desenvolvimento de todos os departamentos da empresa.

**Palavras-chave:** Harmonização Internacional Contabilística; Sistemas de Informação Contabilísticas; Sistema Oracle.

## **Internship Report**

### **The implementation of the Oracle System in the Kemet Electronics Portugal, SA**

#### **Abstract**

This work corresponds to the final stage of the Master's degree in Management - specialization in Accounting and Auditing.

This study aims to analyze the application of Oracle system in the Kemet Electronics Portugal, S.A., namely in the accounting department, in accomplishing the task of verifying and accounting of invoices and credit notes from suppliers.

In order to achieve this purpose, the first part of the study includes a theoretical analysis of the issues of international accounting harmonization and information accounting systems. The second part of the work includes the analysis of the Oracle system in the company.

The internship, which took place between October 2009 and April 2010, provided some contact with the business reality, allowing the comparison between the theoretical knowledge and the practical application to facilitate the future professional integration.

The work also enabled to understand the importance of using information systems in multinational corporations, i.e., how the system support the activity and the development of all departments of the company.

**Keywords:** International Harmonization Accounting; Accounting Information Systems; Oracle Systems.

## **Agradecimentos**

O término deste relatório vem assinalar o final do meu percurso académico e não poderia deixar de dirigir uma palavra de agradecimento a todos aqueles que me incentivaram a lutar por aquilo em que sempre acreditei e que me apoiaram ao longo desta etapa.

Agradeço à empresa Kemet Electronics Portugal, S.A., pelo acolhimento e apoio prestado ao longo do período de estágio.

Agradeço aos colaboradores Deisy Pereira, Paulo de Carvalho e João Chaveiro a colaboração na realização das entrevistas.

Agradeço toda a orientação e disponibilidade prestada pelo meu orientador, Prof. Doutor Jorge Casas Novas, sem os quais este percurso teria sido bem mais difícil e longo.

Agradeço aos meus pais e irmão, que sempre estiveram presentes nos bons e maus momentos.

A todos os meus amigos que colaboraram, direta ou indiretamente, para que um dos meus objetivos se tornasse realidade.

Muito Obrigada!

## Índice Geral

Índice de Anexos	vi
Índice de Figuras	vii
Índice de Quadros	viii
Lista de Abreviaturas	ix
1. Introdução	1
1.1. A Problemática do estudo	1
1.2. Importância do estudo	2
1.3. Objetivos e Metodologia do estudo	2
1.4. Estrutura do Trabalho	3
Parte I – Enquadramento Teórica	5
Capítulo 1. Contabilidade Internacional: Contextualização	6
1.1. Harmonização Contabilística Internacional	6
1.1.1. Divergência entre as Normas Internacionais	8
1.1.2. Convergência entre as Normas Internacionais e a UE	9
1.2. Normativo contabilístico Norte Americano: US GAAP	11
1.3. Contabilidade Financeira numa Multinacional	14
1.3.1. Objetivos	14
1.3.2. Características	16
1.3.3. Utilizadores da Informação Financeira	17
1.4. Trabalho contabilístico corrente e o encerramento do exercício	17
Capítulo 2. Sistemas de Informação Contabilísticos	20
2.1. Enquadramento Conceptual	20
2.2. Vantagens e desvantagens da sua utilização	22
Parte II – Relatório de Estágio	24
Capítulo 3. Aspectos Metodológicos	25
3.1. Introdução	25
3.2. Etapas do Estudo	25
3.3. Processo de Realização do Estudo de Caso	27
3.3.1. Instrumentos da Investigação	27
3.3.2. Critérios de Cientificidade	30

Capítulo 4. Identificação e Caracterização da Empresa	32
4.1. Apresentação da empresa	32
4.2. Identificação da empresa	32
4.2.1. Oracle – Sistema utilizado na Kemet Electronics Portugal, S.A	35
4.3. O departamento de contabilidade	38
4.3.1. Organização Contabilística	39
4.3.2. Práticas de controlo interno	41
4.3.3. Apuramento de contribuições e impostos	42
4.3.4. Encerramento de Contas	43
4.4. Aspetos Deontológicos e Éticos	44
4.4.1. Dossier Fiscal	46
Capítulo 5. Descrição das atividades desenvolvidas no decorrer do estágio	48
5.1. Atividade Principal	48
5.2. Atividades Auxiliares	52
5.3. Análise Crítica	58
Conclusão	61
Referências Bibliográficas	63
Apêndice	67
Anexos	70
Anexos	70
Anexo 1 – Organigrama da empresa Kemet Electronics Portugal, S.A	71
Anexo 2 – Calendário Fiscal	72
Anexo 3 – Lista dos responsáveis para autorização de pagamentos	74
Anexo 4 – COA	75
Anexo 5 – RFI	83
Anexo 6 – Modela de reconciliação bancária	86

## **Índice de Anexos**

Anexo 1 – Organigrama da empresa Kemet Electronics Portugal, S.A	XXXV
Anexo 2 – Calendário Fiscal	XXXIX
Anexo 3 – Lista dos responsáveis para autorização de pagamentos	XLIX
Anexo 4 – COA	L
Anexo 5 – RFI	LI
Anexo 6 – Modela de reconciliação bancária	LIX

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 – Organismos envolvidos no processo de harmonização	7
Quadro 2 – Agrupamento Internacional	13
Quadro 3 – Objetivos da Contabilidade Financeira	15

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Sistema de Informação Contabilística	21
Figura 2 – Etapas do Estudo	26
Figura 3 – Ânodo	34
Figura 4 – Organigrama do departamento de contabilidade	38

## Lista de Abreviaturas

<b>AICP</b>	–	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
<b>CAE</b>	-	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
<b>CEE</b>	–	Comunidade Económica Europeia
<b>CIRC</b>	-	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
<b>CIVA</b>	-	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
<b>COA</b>	-	<i>Chart of Accounts</i>
<b>CVM</b>	-	Comissão de Valores Mobiliários
<b>CSC</b>	–	Código das Sociedades Comerciais
<b>EUA</b>	–	Estados Unidos da América
<b>FASB</b>	–	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
<b>IAS</b>	–	<i>International Accounting Standards</i>
<b>IASB</b>	–	<i>International Accounting Standards Board</i>
<b>IASC</b>	–	<i>International Accounting Standards Committee</i>
<b>IOSCO</b>	–	<i>International Organization of Securities Commissions</i>
<b>NYSE</b>	–	Bolsa de Valores de Nova York
<b>POC</b>	–	Plano Oficial de Contas
<b>POPH</b>	–	Programa Operacional do Potencial Humano
<b>RFI</b>	–	Modelo para solicitar a dispensa total ou parcial de retenção na fonte do imposto Português efetuado ao abrigo da convenção para evitar a dupla tributação
<b>SEC</b>	–	<i>Securities and Exchange Commission</i>
<b>SFAS</b>	–	<i>Statement of Financial Accounting Standards</i>
<b>SNC</b>	-	Sistema de Normalização Contabilística
<b>UE</b>	–	União Europeia
<b>US GAAP</b>	–	<i>United States Generally Accepted Accounting Principles</i>

## **1. Introdução**

### **1.1. A Problemática do estudo**

As alterações económicas, que ocorreram durante a última década, permitiram um desenvolvimento extraordinário da economia. As trocas comerciais melhoraram e os meios de comunicação tornaram-se mais rápidos e eficazes, o que anteriormente seria impensável que viesse acontecer de uma forma tão rápida.

A globalização dos mercados, o crescimento da competitividade e os avanços tecnológicos têm modificado a gestão das empresas, expandindo as suas relações e obrigando os agentes económicos a um progresso. Deste modo, é cada vez maior o número de empresas a atuar a nível mundial.

A evolução da contabilidade, ao longo dos anos, veio exigir, por parte das empresas, uma informação financeira preparada e apresentada com qualidade, tendo em conta os princípios geralmente aceites. A informação deverá ser fornecida através de um conjunto de demonstrações financeiras credíveis, compreensíveis, comparáveis e que demonstrem tudo o que é importante para os utilizadores da informação financeira.

Tendo em conta que as normas contabilísticas variam de país para país, as empresas que pretendam expandir-se internacionalmente deverão apresentar as suas contas de acordo com as normas exigidas nesses países, de modo a defender a transparência de informação dos mercados.

O processo de internacionalização dos negócios, levado a cabo pelas empresas que integram a União Europeia, permitiu observar as limitações das diferentes normas contabilísticas, assim como as insuficiências das Diretrizes Contabilísticas, quando as áreas geográficas se alargavam para além da fronteira.

No início dos anos setenta, verificou-se um forte investimento, por parte de vários países, que levou à preparação de normas internacionais de contabilidade, de modo a resolver os problemas resultantes da existência de normas de contabilidade tão diversas. Assim, as empresas multinacionais passaram a preparar, apresentar, mensurar e relevar as demonstrações financeiras de uma forma mais uniformizada.

## **1.2. Importância do estudo**

O fenómeno da internacionalização marca definitivamente a atividade económica e financeira.

A globalização da economia e dos mercados financeiros, impulsionados pelo desenvolvimento das novas tecnologias, fez com que existisse cada vez mais a necessidade de harmonizar a contabilidade, de modo a incrementar a comparabilidade, relevância e fiabilidade da informação financeira.

O processo de harmonização contabilística internacional tem vindo a evoluir no tempo e, embora não se tivessem eliminado todos os seus obstáculos, a verdade é que já se conseguiram minimizar muitos deles.

Consequentemente, a contabilidade sofreu, também, várias alterações ao longo dos tempos, tendo exigido às empresas uma renovação dos sistemas de informação contabilística, de modo a garantir que a informação transmitida aos utilizadores fosse comparável e fiável.

Para Rodrigues e Pereira (2004), a contabilidade é em teoria a linguagem dos negócios, mas existem na realidade vários dialetos. O resultado é que as demonstrações financeiras elaboradas num país são frequentemente ininteligíveis para os utilizadores da informação de outros países. A eliminação dessas barreiras proporciona o aumento de fluxo de capitais, reduzindo o custo do capital em todo o mundo.

## **1.3. Objetivos e Metodologia do estudo**

Com este estudo pretende-se perceber como funciona a contabilidade de uma empresa multinacional e qual o sistema de informação contabilística utilizado para a organização da contabilidade. Para atingir este objetivo, foi necessário elaborar um enquadramento teórico das normas existentes e da sua evolução ao longo do tempo e dos sistemas de informação contabilística existentes, com base na consulta de trabalhos realizados no âmbito da contabilidade. A descrição das tarefas efetuadas no estágio teve como base uma análise documental da empresa promotora do estágio, sendo complementada com as respostas dadas na entrevista realizada na empresa aos

departamentos da contabilidade, controlo e informática no dia 16 de fevereiro de 2012 (V. guião da entrevista no apêndice).

Para realizar este estudo, foram formulados os objetivos que seguidamente se indicam:

### **Objetivo Geral**

Este relatório de estágio tem como objetivo proceder à análise de um conjunto de procedimentos contabilísticos realizados numa empresa multinacional, bem como a análise empírica da aplicação do sistema Oracle.

### **Objetivos Específicos:**

- Verificar quais as normas utilizadas pelas empresas multinacionais no processo contabilístico e qual o sistema utilizado no apoio ao exercício contabilístico;
- Observar, numa perspetiva crítica, a aplicação do sistema Oracle na empresa promotora do estágio.

A concretização destes objetivos permite entender a importância da utilização do sistema de informação contabilístico numa empresa e como este apoia a concretização dos seus objetivos.

Foi toda esta problemática que despertou o interesse para o tema deste trabalho e que se traduziu num estágio profissional, seguido de um relatório.

## **1.4. Estrutura do Trabalho**

Este trabalho está estruturado em duas partes, a primeira parte é constituída por dois capítulos e a segunda parte por três capítulos.

A primeira parte corresponde ao enquadramento teórico do trabalho. O primeiro capítulo, inicia-se com uma abordagem teórica ao tema Harmonização Contabilística Internacional, onde se faz uma referência às divergências e convergências entre as normas internacionais. Seguidamente faz-se uma descrição do normativo Norte Americano – US

GAAP (United States Generally Accounting Principles) - e contextualizam-se os objetivos, características e utilizadores da informação financeira fornecida por uma multinacional. O capítulo termina com uma referência ao trabalho contabilístico efetuado no decorrer do exercício e encerramento de contas de uma empresa multinacional.

No segundo capítulo apresenta-se o conceito de sistemas de informação, descrevendo-se as vantagens e desvantagens da sua utilização.

A segunda parte do trabalho diz respeito à descrição da metodologia utilizada e ao estágio realizado na empresa Kemet Electronics Portugal, S.A.

O terceiro capítulo descreve a metodologia utilizada na realização deste trabalho.

O quarto capítulo apresenta uma breve caracterização da empresa onde decorreu o estágio, descrevendo a sua estrutura organizacional.

No quinto e último capítulo apresentam-se as tarefas desenvolvidas durante o estágio e elabora-se uma análise crítica, destacando-se os pontos positivos e negativos decorrentes do estágio. O capítulo termina com a alusão aos conhecimentos apreendidos e clarificados com a realização do estágio, e que permitiram um desenvolvimento a nível profissional e pessoal.

Por fim, apresenta-se as conclusões relacionadas com a elaboração deste trabalho.

# **Parte I – Enquadramento Teórico**

## **Capítulo 1. Contabilidade Internacional: Contextualização**

No primeiro capítulo é feito um enquadramento teórico ao tema do estágio realizado, abordando o processo de harmonização contabilística internacional.

No primeiro ponto deste capítulo aborda-se o processo de harmonização contabilística internacional, as divergências e as convergências existentes entre as normas internacionais e no ponto seguinte analisam-se as obrigações contabilísticas a que estão obrigadas as empresas multinacionais durante o exercício económico.

### **1.1. Harmonização Contabilística Internacional**

A economia está cada vez mais direcionada para a globalização, obrigando as empresas a procurar sistemas contabilísticos uniformizados, de forma a diminuir custos e garantir relatórios de contas com informação relevante e fiável do desempenho da empresa no mercado onde se encontra inserida.

Durante oitenta anos, foi debatida a necessidade da uma harmonização contabilística, continuando, ainda hoje, a ser um tema contemporâneo.

Para a compreensão do conceito de harmonização é necessário distinguir harmonização e normalização, pois são dois conceitos distintos.

Segundo Lemos (2006), normalização é um processo que pretende a uniformidade das práticas de contabilidade e está associado à imposição de normas mais rígidas e restritas, enquanto que a harmonização é um processo de comparabilidade global, direcionado para aspetos económicos, sociais e culturais de cada país.

O desenvolvimento do processo de harmonização contabilístico envolve vários organismos, podendo estes ser classificados tendo em conta o seu âmbito, mundial ou regional, como se pode observar no Quadro 1 que a seguir se apresenta.

**Quadro 1 – Organismos envolvidos no processo de harmonização**

<b>Organismos de Âmbito Mundial</b>	<b>Organismos de Âmbito Regional</b>
<p><b>Caráter Público:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)</li> <li>✓ Organização das Nações Unidas (ONU)</li> <li>✓ Organização Mundial do Comércio (OMC)</li> </ul> <p><b>Caráter Privado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ International Federation of Accounts (IFAC)</li> <li>✓ International Forum on Accountancy Development (IFAD)</li> <li>✓ International Accounting Standards Board (IASB)</li> </ul>	<p><b>Caráter Público:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ União Europeia (UE)</li> <li>✓ Mercado Común del Sul (MERCOSUR)</li> </ul> <p><b>Caráter Privado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fédération des Experts Comptables Européens (FEE)</li> <li>✓ International Accounting Association (IAA)</li> <li>✓ Confederation of Asian and Pacific Accountants (CAPA)</li> <li>✓ Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)</li> <li>✓ Eastern Central and Southern African Accountants (ACSAFA)</li> <li>✓ International Regional Federation of Accountants and Auditors (IRFAA Eurasia)</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado de Rodrigues e Guerreiro (2004)

Deste conjunto de organismos realça-se o papel do IASB como organismo impulsionador e responsável pela harmonização contabilística. Os trabalhos desenvolvidos pelo IASB têm sido seguidos por alguns dos organismos referidos.

Para Rodrigues e Guerreiro (2004) as vantagens na harmonização contabilística são:

- ✓ Facilidade nas transações internacionais;
- ✓ Informação financeira dos mercados de capitais com mais qualidade, tornando a informação perfeita;
- ✓ Aproximação das práticas contabilísticas entre países;

- ✓ Facilidade na consolidação de contas das empresas multinacionais, o que possibilita uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras; e
- ✓ Redução de custos.

Embora haja inúmeras vantagens e interesse, por parte de vários países, em harmonizar a contabilidade, existem também obstáculos ao desenvolvimento deste processo.

Segundo Rodrigues e Guerreiro (2004) os prováveis obstáculos são:

- ✓ O impacto económico das práticas contabilísticas, na medida em que a harmonização contabilística tende a diminuir a importância dos interesses de grupos específicos dos países;
- ✓ A resistência dos países em abdicar do seu normativo nacional;
- ✓ A ausência de organismos profissionais fortes em diversos países, que influenciem o processo de desenvolvimento da contabilidade internacional.

A harmonização contabilística internacional não é um processo consensual. Deste modo, vão surgindo mais obstáculos à medida que vai havendo uma evolução da realidade empresarial e do fenómeno da globalização.

### **1.1.1. Divergência entre as Normas Internacionais**

Ao longo de vários anos foram feitas várias tentativas para harmonizar as normas do IASB com as dos EUA, de forma a simplificar a contabilidade das empresas multinacionais.

A *International Accounting Standards Boards* (IASB), atual denominação de *International Accounting Standards Committee* (IASC) desde abril 2001, tem como objetivo harmonizar as normas contabilísticas dos países aderentes. Durante cerca de trinta anos, passou por diferentes etapas, até à posição onde hoje se encontra no que diz respeito à harmonização internacional da contabilidade.

Rodrigues e Pereira (2004) distinguem três etapas distintas no modelo harmonizador do IASB:

- ✓ A primeira etapa decorreu no período de 1973 a 1988, caracterizado pela emissão de normas como forma de tentar consolidar as práticas entre vários países;
- ✓ A segunda etapa decorreu entre 1988 e 1995, foi marcada pela melhoria na comparabilidade internacional das demonstrações financeiras. Para alcançar a melhoria pretendida o IASB criou dois documentos importantes: a Estrutura Conceptual e o Projeto de Comparabilidade.
- ✓ A terceira etapa, atualmente em vigor, teve início em 1995 com a assinatura do acordo IASC-IOSCO. É também nesta fase da história do IASB que se procede à sua reestruturação.

O *Financial Accounting Standard Board* (FASB) acordou com o IASB, em outubro de 2002, a realização de esforços conjuntos no sentido de melhorarem a convergência entre os GAAP americanos e as normas IAS, tendo emitido o *Memorandum of Understanding*, mais conhecido por “*The Norwalk Agreement*”.

Em setembro de 2008, o FASB e o IASB emitiram uma atualização do *Memorandum*, no qual estabeleceram as metas de convergência até 2011.

Em abril de 2010, ambos os organismos publicaram um relatório com o progresso do trabalho efetuado para alcançar a convergência entre os GAAP americano e as normas IAS.

Apesar de ter havido um grande esforço entre o IASB e o FASB no sentido da harmonização das normas, o mesmo não se pode afirmar em relação às normas americanas, pois os EUA não abdicam de exigir às empresas cotadas nos seus mercados financeiros a divulgação da informação financeira de acordo com as suas normas de contabilidade.

Deste modo, a solução reside na eliminação das diferenças entre as normas do IASB e do FASB.

### **1.1.2. Convergência entre as Normas Internacionais e a UE**

A União Europeia teve origem no Tratado de Roma, assinado em 1957, com o objetivo de alcançar a livre circulação de bens e serviços, pessoas e capitais.

Na literatura analisada, o processo de harmonização contabilística da União Europeia (UE) divide-se fundamentalmente em três etapas (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

A primeira etapa pode ser delimitada entre a década de 1970 e 1990. Neste período foram criadas diversas diretivas pela UE, de forma a harmonizar as práticas contabilísticas. De entre as várias diretivas, salientamos três, que consideramos as mais importantes:

- ✓ Quarta Diretiva (78/660/CEE) de 25 de julho de 1978;
- ✓ Sétima Diretiva (83/349/CEE) de 13 de junho de 1983;
- ✓ Oitava Diretiva (84/253/CEE) de 10 de abril de 1984.

Cada uma das diretivas foi aplicada na legislação de cada país, tendo em conta as características do mesmo.

Esta primeira etapa, desenvolvida para harmonização contabilística, foi alvo de algumas críticas, como mencionam Rodrigues e Guerreiro (2004): as diretivas permitiam várias opções de aplicação, a conciliação dos vários sistemas contabilísticos deste processo, era de longo prazo, e incompatível com o processo de harmonização. A grande diversidade de opções permitiu que as empresas adotassem as diretivas de modo mais conveniente para as mesmas sem tentar adquirir comparabilidade entre os diversos sistemas existentes e demonstrações financeiras. O tempo entre o processo de aprovação das diretivas e a sua aplicação em alguns países da UE foi muito demorado, pelo que quando alguns países as adotaram, estas já se encontravam desatualizadas, como foi o exemplo da Itália.

A segunda etapa decorreu entre 1990 e 1995. Caracterizou-se por uma paragem em todo o processo de harmonização, devido à falta de eficiência das diretivas em alcançar a comparabilidade da informação financeira.

Em 1995, a Comissão transmitiu a comunicação “Harmonização Contabilística: Uma Nova Estratégia Relativa à Harmonização Internacional” (COM/95/508), o que constituiu um grande passo para a harmonização europeia.

Para Pereira (2009), os principais motivos para a Comissão apoiar o IASB, foram o reconhecimento de um bom trabalho desenvolvido por parte daquele organismo no processo de harmonização e o convite para o IASB ser membro do grupo consultivo e observador do Conselho.

Em 2000, iniciou-se uma nova etapa, após a comunicação da Comissão (COM/95/508), definindo-se ferramentas, prazos, objetivos, para que a UE e os outros países pudessem adotar as normas IAS, que já haviam demonstrado interesse em seguir.

Em 2001, a Comissão apresentou uma proposta de Regulamento com o objetivo de aplicar as IAS às contas consolidadas de todas as empresas cotadas da UE, delimitando o prazo de aplicação dessas normas até 2005.

Em 2005, todas as empresas cotadas da UE passaram a elaborar as suas demonstrações financeiras consolidadas segundo as normas internacionais de contabilidade.

Borges e Rodrigues (2010) referem que as normas internacionais de contabilidade não são de aplicação direta nas empresas da UE, só podendo ser aplicadas se cumprirem os seguintes requisitos:

- ✓ As normas não podem ser contra ao princípio estabelecido no nº 3 do artigo 2º da Quarta Diretiva e no nº 3 do artigo 16º da Sétima Diretiva, ou seja, com aplicação das normas as empresas têm de apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos seus resultados tendo em conta os interesses públicos europeus; e
- ✓ As normas têm de cumprir os critérios de compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade requeridos pelas informações financeiras necessárias para a tomada de decisões económicas e apreciação da eficácia da gestão.

Atualmente, observa-se uma aproximação gradual da União Europeia ao IASB, através da adaptação das Diretivas às IAS e da sua aplicação.

Simultaneamente, coloca-se um grande desafio à UE no sentido de exercer influência no desenvolvimento das normas do IASB, para salvaguardar os seus interesses.

## **1.2. Normativo contabilístico Norte Americano: US GAAP**

Em 1934, foi criada a *Securities and Exchange Commission* (SEC) - órgão responsável pela regulamentação e fiscalização do mercado norte americano, que tem como objetivo orientar o processo de divulgação da informação financeira das empresas, de forma a evitar eventuais fraudes, após a crise de mercados em 1929.

Em 1938, a *American Institute of Certified Public Accountants* (AICP) criou procedimentos contabilísticos, que até então não existiam, com a finalidade de fixar normas contabilísticas de uso obrigatório pelas empresas.

Os GAAP, mais conhecidos por *US GAAP*, surgiram nessa altura para determinar padrões de contabilidade mais específicos de modo a regulamentar as empresas e a forma como procediam à divulgação das suas informações financeiras.

Há um princípio muito importante utilizado no normativo adotado nestes países que se denomina por “*full disclosure*”, ou seja, as demonstrações financeiras têm de ser transparentes, de forma a que os utilizadores da informação entendam a natureza do relatório das operações e das finanças das empresas.

Em 1 de junho de 1972, foi criado o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) - órgão de normalização contabilística nos Estados Unidos, tendo como objetivo estabelecer e melhorar as normas contabilísticas das empresas.

A partir desta altura, o FASB passou a emitir os *Statement of Financial Accounting Standards* – SFAS (Declaração de Padrões de Contabilidade Financeira), Interpretações e Boletins Técnicos, para estabelecer normas de contabilidade mais detalhadas e orientações sobre as políticas contabilísticas.

A contabilidade é exercida de forma diversa nos vários países, devido ao facto de existirem diferentes fatores de ordem social, económica, cultural, política e fiscal entre os países.

A existência de múltiplas influências no processo contabilístico originou diferentes sistemas contabilísticos. Assim, ao longo do tempo, foram efetuados estudos e encontradas correlações e evoluções entre os sistemas existentes (Gonzalo e Túa, 1988).

Amaral (2001) elaborou um quadro, no qual agrupa os países em dois blocos distintos: anglo-saxónico *versus* continental. Neste quadro, o autor apresenta algumas diferenças entre os dois blocos, no que respeita aos antecedentes e características contabilísticas genéricas e específicas.

**Quadro 2 – Agrupamento Internacional**

	<b>Bloco Anglo-Saxónico</b>	<b>Bloco Continental</b>
<b>Antecedentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Direito inglês;</li> <li>✓ Profissão antiga, de grande dimensão e forte;</li> <li>✓ Grandes mercados de capitais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Direito romano;</li> <li>✓ Profissão ainda recente, de pequenas dimensões e fraca;</li> <li>✓ Pequenos mercados de capitais.</li> </ul>
<b>Características Contabilísticas Genéricas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orientada para a imagem verdadeira e apropriada;</li> <li>✓ Orientada para o investidor;</li> <li>✓ Muita divulgação;</li> <li>✓ Separação entre regras contabilísticas e fiscais;</li> <li>✓ Predominam os standards profissionais e a substância sobre a forma.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orientada para a forma legal;</li> <li>✓ Orientada para o credor;</li> <li>✓ Pouca divulgação;</li> <li>✓ A fiscalidade domina as regras contabilísticas;</li> <li>✓ Predominam as disposições governamentais e a forma sobre a substância.</li> </ul>
<b>Características Contabilísticas Específicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Método da percentagem de acabamento;</li> <li>✓ Cálculo das amortizações de acordo com o período de vida útil;</li> <li>✓ Não existências de reservas legais;</li> <li>✓ Não existência de provisões para despesas do primeiro estabelecimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Método do contrato acabado;</li> <li>✓ Cálculo das amortizações de acordo com regras fiscais;</li> <li>✓ Existência de reservas legais;</li> <li>✓ Existência de provisões para impostos;</li> <li>✓ Capitalização das despesas do primeiro estabelecimento.</li> </ul>
<b>Alguns Exemplos de Países</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Austrália;</li> <li>✓ Canadá;</li> <li>✓ Dinamarca;</li> <li>✓ Estados Unidos da América;</li> <li>✓ Holanda;</li> <li>✓ Nova Zelândia;</li> <li>✓ Reino Unido.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Alemanha;</li> <li>✓ Bélgica;</li> <li>✓ França;</li> <li>✓ Grécia;</li> <li>✓ Itália;</li> <li>✓ Japão;</li> <li>✓ Portugal.</li> </ul>

Com a análise do Quadro 2 e Amaral (2001) pode afirmar-se que para os países do bloco continental, a contabilidade é um instrumento de informação destinado a vários utilizadores que tenham interesses na empresa, como sejam os fornecedores, os clientes, a administração fiscal, entre outros, estando direcionada para todos os grupos de interesse da empresa (*stakeholders*). Por outro lado, para os países do bloco anglo-saxónico, a contabilidade destina-se principalmente a proporcionar informação aos investidores e financiadores externos à empresa e está orientada para os acionistas (*shareholders*).

### **1.3. Contabilidade Financeira numa Multinacional**

#### **1.3.1. Objetivos**

Bresser-Pereira (1978) define empresa multinacional como sendo uma empresa que controla ativos em fábricas, minas, escritórios de vendas, entre outros locais, em dois ou mais países.

As multinacionais são, hoje em dia, consideradas um meio de transferência de técnicas contabilísticas entre países, o que proporciona um grande desenvolvimento económico e um crescimento da globalização.

Antes de falar de objetivos contabilísticos, é necessário definir o que é a contabilidade. Apresentar-se-ão algumas definições de peritos desta área.

A contabilidade é o processo sistemático de mensuração da atividade económica de uma empresa para fornecer informações uteis aos utilizadores da informação, para que estes tomem as melhores decisões económica para o desenvolvimento da empresa. (Stice et al., 2001)

Segundo Lunt (2006), a contabilidade é descrita como uma preocupação em avaliar e gerir informação, ou seja, medir e tratar os dados passados, de forma a tomar decisões que beneficiem a empresa no futuro.

Para McCrary (2010) a contabilidade é uma forma de medição e monitorização dos acontecimentos da empresa que são importantes para o negócio, de forma a divulgar os resultados uteis para utilizadores da informação.

Em resumo, a contabilidade é uma ciência que estuda os acontecimentos ocorridos no património, podendo assim, identificar a situação económica e financeira da empresa.

A contabilidade financeira, por sua vez, define-se como parte de um sistema que fornece informações financeiras aos utilizadores internos e externos da empresa, segundo os princípios e as normas contabilísticas geralmente aceites.

A contabilidade apoia a concretizar os objetivos pré-definidos pela empresa para que esta consiga atingir o sucesso no mercado onde se encontra inserida. Apresentam-se no Quadro 3 os objetivos da contabilidade financeira segundo três organizações de grande relevância no desenvolvimento da contabilidade.

### Quadro 3 – Objetivos da Contabilidade Financeira

	<b>Objetivos da Contabilidade Financeira</b>
<b>FASB (1980)</b>	A divulgação financeira deve fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores atuais e em potencial, bem como para outros utilizadores que visem à tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes.
<b>CVM (1986)</b>	Permitir, a cada grupo principal de utilizadores, a avaliação da situação económica e financeira da empresa, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Para a consecução desse objetivo, é preciso que as empresas deem ênfase à evidênciação de todas as informações que permitam não só a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações desse património, mas, além disso, que possibilitem a realização de inferências sobre o seu futuro.
<b>IASB (1989)</b>	O objetivo das demonstrações contabilísticas é dar informação sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma empresa que sejam úteis a um grande número de utilizadores nas suas futuras decisão.

**Fonte:** Adaptado de Frezatti et al. (2007)

Da análise do quadro anterior, verifica-se que o objetivo da contabilidade financeira é apoiar a tomada de decisão, permitindo que os utilizadores da informação avaliem a situação financeira e económica, fornecendo uma imagem verdadeira e apropriada da empresa.

Por vezes, o objetivo da contabilidade financeira confunde-se com o objetivo das demonstrações financeiras, na medida em que, segundo a *Estrutura Conceptual do SNC* (parágrafo 12), as demonstrações financeiras proporcionam uma informação sobre a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira de uma entidade, que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.

### 1.3.2. Características

A contabilidade caracteriza-se por classificar e registar os factos contabilísticos segundo os princípios geralmente aceites e normas vigentes no país onde se encontra a empresa, assim como elaborar as demonstrações financeiras, de forma a transmitir uma imagem verdadeira e apropriada da mesma aos utilizadores da informação financeira.

Para Iudicibus (1997), a contabilidade caracteriza-se por ser um processo de identificar, mensurar e transmitir a informação económica, financeira e social, como objetivo de facilitar a tomada de decisões por parte dos utilizadores da informação.

A contabilidade assume características diferentes de acordo com o tipo de empresa. Assim, consideremos importante distinguir os conceitos de empresa-mãe, subsidiária e grupo, de forma a definir as características da contabilidade de cada tipo de empresa.

A *International Accounting Standards* nº 27 (IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas) define **empresa-mãe** como uma empresa que detém uma ou mais subsidiárias. **Subsidiária** é uma empresa que é controlada por outra empresa (empresa-mãe) e **grupo** é constituído por uma empresa-mãe e todas as suas subsidiárias.

Proceder-se-á à clarificação destes conceitos com o exemplo da empresa onde decorreu o estágio.

A Kemet Electronics Portugal, S.A. como se referiu anteriormente, é uma empresa multinacional, subsidiária da *Kemet Corporation* (empresa-mãe), localizada num país diferente desta. Deste modo, a empresa subsidiária tem de elaborar e reportar as suas contas de acordo com as leis e práticas contabilísticas adotadas no país de origem da empresa-mãe.

A *Kemet Corporation* está sediada nos EUA, desta forma, as suas contas são apresentadas segundo os princípios contabilísticos geralmente aceites - *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP) e na moeda do país (USD).

A Kemet Electronics Portugal, S.A. tem de cumprir os requisitos legais do país onde está situada, ou seja, tem de cumprir com as regras fiscais, contabilísticas e legais exigidas em território nacional e cumprir com o prazo de entrega das declarações fiscais, respeitando os princípios contabilísticos, a moeda existente e utilizando as respetivas taxas de câmbio no caso de ser usada uma moeda diferente.

A consolidação de contas é um grande desafio para as multinacionais, pois estas têm de observar as diferenças entre as normas de contabilidade e as jurisdições existentes entre os dois países. A informação transmitida tem de demonstrar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do grupo como um todo.

Em suma, as características da contabilidade diferem de acordo com o país onde as empresas estão inseridas.

### **1.3.3. Utilizadores da Informação Financeira**

Os principais utilizadores da informação são os investidores, os trabalhadores, os fornecedores, os clientes, os financiadores, o Estado e o público em geral. Todos estes utilizadores necessitam da informação para decidir quando comprar ou vender um investimento financeiro; determinar a capacidade da empresa em pagar e proporcionar outros benefícios aos seus trabalhadores; estabelecer o grau de risco de recuperação das quantias emprestadas à empresa; deliberar as políticas de impostos; determinar os lucros distribuíveis e regular as atividades da empresa.

### **1.4. Trabalho contabilístico corrente e o encerramento do exercício**

Ao longo de todo o ano, as empresas classificam e contabilizam documentos, tendo em atenção a natureza dos mesmos, a moeda utilizada, os princípios contabilísticos e a taxa de IVA aplicada. As empresas têm, ainda, de proceder ao pagamento de documentos que tenham uma data de vencimento nesse mês e atender às questões fiscais, nomeadamente no que respeita à entrega das declarações fiscais e ao pagamento dos impostos e segurança social.

No fim do exercício económico, as empresas são obrigadas a apresentar os seus relatórios de contas.

O artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) indica-nos o que deve constar de um relatório de prestação de contas, como por exemplo, os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício e a evolução previsível da sociedade.

Relativamente às demonstrações financeiras que devem ser apresentadas, segundo o artigo nº 11º do Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, são as seguintes:

- ✓ **Balanço**, indica a posição financeira da empresa que sofre alterações nos recursos económicos controlados por esta, na sua estrutura financeira, na liquidez e solvência e na capacidade de se adaptar às alterações no mercado em que está inserida.
- ✓ **Demonstração dos resultados por naturezas**, devem ser reconhecidos todos os rendimentos e gastos num período.
- ✓ **Demonstração das alterações no capital próprio**, reconhecimento das alterações de capital próprio de uma empresa entre duas datas de balanço refletem o aumento ou a redução nos seus ativos líquidos durante o período.
- ✓ **Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto**, registo das alterações históricas de caixa e seus equivalentes de uma empresa durante o período, classificados em operacionais, de investimento e de financiamento.
- ✓ **Anexo**, quando os acontecimentos que geram rendimentos e gastos são materiais, a sua natureza e quantia devem ser divulgados separadamente.

A demonstração de resultados por funções, demonstração de fluxo de caixa e o anexo à mesma são de elaboração obrigatória quando uma empresa ultrapassa dois dos três limites referidos no artigo 262º do CSC. São eles:

- ✓ Total do balanço – € 1.500.000;
- ✓ Total das vendas líquidas e outros proveitos - €3.000.000;
- ✓ Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício - 50.<sup>1</sup>

Todos estes procedimentos aplicam-se a qualquer tipo de empresa. Contudo importa distinguir as sociedades anónimas das outras sociedades, porque exigem regras mais específicas. As sociedades anónimas têm ainda de apresentar a Certificação Legal de

---

<sup>1</sup>A Kemet Electronics Portugal, S.A., por exemplo, ultrapassa estes três limites, logo tem de apresentar todas as demonstrações legalmente exigidas.

Contas, o Relatório e Parecer Fiscal Único e Relatório Anual sobre a fiscalidade efetuada.<sup>2</sup> Os outros tipos de sociedades não necessitam de apresentar estes documentos.

Para elaboração do relatório e parecer do fiscal único, o fiscalizador deve de descrever as ações desenvolvidas na auditoria, enumeradas no artigo 420º do CSC:

Compete ao fiscal único ou conselho fiscal:

- ✓ Fiscalizar a administração da sociedade;
- ✓ Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- ✓ Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- ✓ Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entender adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título.

Em suma, pode concluir-se que tem havido uma evolução na harmonização das normas contabilísticas internacionais, tendo-se ao longo dos anos observado uma diminuição das divergências entre as normas internacionais, nomeadamente entre o FASB e o IASB.

Abordámos, ainda, o tema da contabilidade financeira numa multinacional como forma de enquadramento teórico ao estágio realizado ficando a conhecer os objetivos e características das empresas multinacionais e os trabalhos contabilísticos desenvolvidos por estas empresas durante o exercício económico.

---

<sup>2</sup> Como sociedade anonima, a Kemet Electronics Portugal, S.A., está obrigada a apresentar estes documentos.

## **Capítulo 2. Sistemas de Informação Contabilísticos**

No segundo ponto deste relatório iremos abordar o tema sistemas de informação contabilísticos utilizados nas empresas, sendo estes considerados uma “peça” fundamental para o desenvolvimento da empresa.

### **2.1. Enquadramento Conceptual**

A globalização dos mercados e o aumento da competitividade, quer ao nível de serviços, quer ao nível dos produtos, levam-nos a pensar que as empresas terão, num futuro próximo, de aperfeiçoar os seus sistemas de informação para aumentar o seu nível de competição perante o mercado.

Os sistemas de informação contabilísticos têm como objetivo fornecer informação para apoiar o processo de gestão e tomada de decisões na organização, sendo, por isso uma peça fundamental para o desenvolvimento da empresa.

O conceito de sistema de informação não é unânime, pois cada especialista sugere uma interpretação terminológica mediante o estudo efetuado na área.

Na bibliografia consultada destaca-se o conceito de sistema de informação. Segundo o autor Falkenberg, o sistema de informação é um subsistema de um sistema organizacional que descreve as ações orientadas para comunicação e fornecimento de informação necessária para as empresas. É uma informação de uso pessoal ou de grupos, normalmente com a utilização de computadores (Lopes et al. 2005).

Estes autores classificam o sistema de informação como sendo de natureza conceptual, ou seja, para ele, o sistema de informação é um sistema abstrato às técnicas de informação, não considerando o sistema uma organização de informação.

Embora haja diferentes interpretações do conceito há um que é consensual entre vários autores: o conceito proposto por Buckingham que define sistema de informação como sendo, um sistema que agrupa, guarda, processa e proporciona informação importante para as empresas, de modo a que esta informação seja credível e usada pelos seus utilizadores da informação, como é o caso dos gestores, dos funcionários, dos fornecedores e dos clientes. É um sistema de atividade humana que pode ter ou não a utilização de meios informáticos (Amaral e Varajão, 2000).

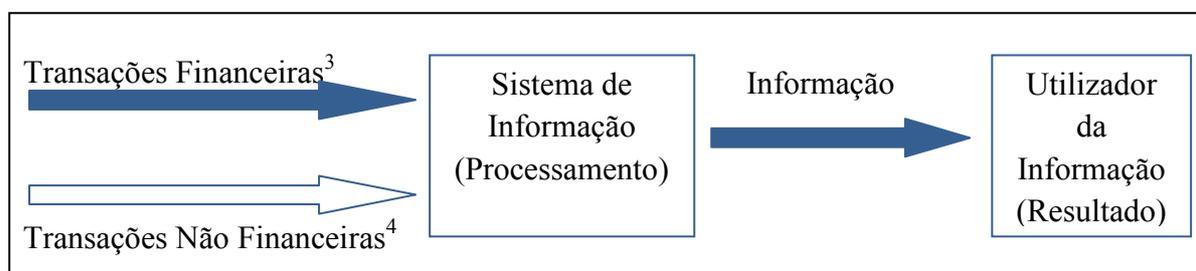
Os sistemas de informação podem ser classificados como sistemas abertos ou fechados. Um sistema é considerado aberto quando o mesmo interage com o seu ambiente, enquanto que um sistema fechado não tem qualquer interação com o seu ambiente.

A organização é considerada um sistema aberto, onde a informação e o sistema de informação contabilístico permitem uma maior eficácia e eficiência da gestão.

Segundo Padoveze (1998), sistema de informação contabilística é um meio que o contabilista utiliza para efetuar a contabilidade e a informação contabilística dentro da empresa, para que a contabilidade seja utilizada na sua plenitude.

O sistema de informação contabilística pode ser representado da seguinte forma:

**Figura 1- Sistema de Informação Contabilística**



**Fonte:** Hall (2008)

Tendo em consideração a Figura 1 e García e López (1998), qualquer sistema de informação contabilística deve ser simples, imediato, de fácil acesso, deve permitir o controlo de custos, otimizar os recursos e facilitar a comunicação da informação pelos departamentos da empresa.

Segundo Mota (2008), para a utilização de um sistema de informação contabilístico ser bem sucedida é indispensáveis a utilização de três recursos: humano (profissionais competentes), tecnológico (adequado suporte informático) e material (computadores entre outros).

Os sistemas podem ser divididos em **Sistemas de Contabilidade Fiscal**, utilizados para fazer um registo fiscal das atividades da empresa; **Sistemas de Contabilidade de Custos**, desenvolvidos para utilização nas indústrias onde existe uma maior complexidade de custos; **Sistemas de Contabilidade Empresarial**, usados para armazenar planos de

<sup>3</sup> Transações Financeiras são acontecimentos que afetam os ativos da empresa e são refletidos nas suas contas, normalmente são medidos em termos monetários.

<sup>4</sup> Transações Não Financeiras são acontecimentos que estão ligados a atividade operacional e de investimento da empresa.

contas e informações da empresa; **Sistemas de Recursos Humanos**, desenvolvidos para tratar de assuntos relacionados com o departamento de recursos humanos das empresas; **Sistemas Independentes**, que não têm ligação com nenhum sistema dentro do mesmo sistema e **Sistemas Integrados**, utilizados para trocar dados entre sistemas (Primak, 2009).

Os sistemas de informação contabilísticos estão em constante mudança, dada a permanente evolução das tecnologias assim como da contabilidade. Deste modo os sistemas de informação contabilísticos e a contabilidade são uma fonte de informação muito importante para o desenvolvimento e evolução progressiva de uma empresa.

## 2.2. Vantagens e desvantagens da sua utilização

A principal vantagem na utilização de um sistema de informação contabilístico é o fornecimento de informação para apoiar o processo de tomada de decisões a nível económico, financeiro, orçamental e patrimonial.

O'Brien (2001) indica-nos cinco vantagens da utilização dos sistemas de informação:

- ✓ Maior envolvimento por parte do utilizador da informação;
- ✓ Apoio à administração da empresa;
- ✓ Maior clareza nos requisitos utilizados pela empresa;
- ✓ Melhor planeamento; e
- ✓ Expectativas realistas.

Indica-nos ainda cinco desvantagens:

- ✓ Falta de contribuição do utilizador da informação;
- ✓ Requisitos e especificações incompletos;
- ✓ Mudanças de requisitos e especificações;
- ✓ Falta de apoio administrativo; e
- ✓ Incompetência tecnológica.

Para O'Connor (1993) também existem algumas desvantagens da utilização de sistemas de informação, que são:

- ✓ Dificuldade no planeamento do sistema com a estratégia e objetivos da empresa;
- ✓ Dificuldade de previsão da evolução de aspetos internos e ambientais da empresa;
- ✓ Menor credibilidade da função sistema de informação nas empresas, devido à incapacidade de conclusão de projetos de desenvolvimento de acordo com o tempo e recursos planeados; e
- ✓ Dificuldade na seleção e utilização de métodos adequados ao desenvolvimento de planeamento do sistema de informação.<sup>5</sup>

Tendo em conta as vantagens e desvantagens referidas pelos autores acima mencionados pode dizer-se que as empresas terão sempre uma grande vantagem em aplicar os sistemas de informação na sua gestão, mesmo havendo custos com essa decisão, uma vez que têm maior facilidade na obtenção, alcance das metas e objetivos da empresa e maior poder para satisfazer as necessidades da empresa em diversos níveis de gestão. As empresas que utilizam sistemas de informação ficam mais aptas a resistir às constantes mudanças dos mercados.

As desvantagens serão sempre ao nível da aplicação correta dos sistemas na empresa. Uma delas é a constante evolução e exigência por parte dos utilizadores da informação em terem a informação mais correta em menor tempo e com menores custos, porque os mercados estão cada vez mais exigentes e as empresas têm que ser competitivas para se manterem e progredirem.

Neste capítulo, é de realçar o papel importante dos sistemas de informação numa empresa, quer seja multinacional ou nacional, de grande ou de pequenas dimensões. Conclui-se, ainda, que o sistema de informação de uma empresa não se pode restringir unicamente à área da contabilidade. Dever-se-á, sim, criar um sistema com condições que permitam a tomada de decisões seguras de forma a alcançar os seus objetivos.

---

<sup>5</sup>Apud Amaral e Varajão (2000)

## **Parte II – Relatório de Estágio**

## **Capítulo 3. Aspetos Metodológicos**

### **3.1. Introdução**

Neste capítulo pretende-se apresentar a metodologia, o método e as técnicas escolhidas para a realização do estudo.

Para realizar este estudo foram formulados objetivos gerais e específicos. O objetivo geral é a análise teórica da aplicação empírica de um conjunto de procedimentos contabilísticos utilizados por uma empresa multinacional, bem como a análise empírica da aplicação do sistema Oracle. Os objetivos específicos prendem-se com a análise das normas contabilísticas e a utilização do sistema de informação utilizado no apoio à contabilidade. Em concreto, foram definidos como objetivos a verificação das normas utilizadas pelas empresas multinacionais no processo contabilístico e qual o sistema de informação contabilístico utilizado no apoio ao exercício económico, e a observação, num perspetiva crítica, da aplicação do sistema Oracle na empresa promotora do estágio.

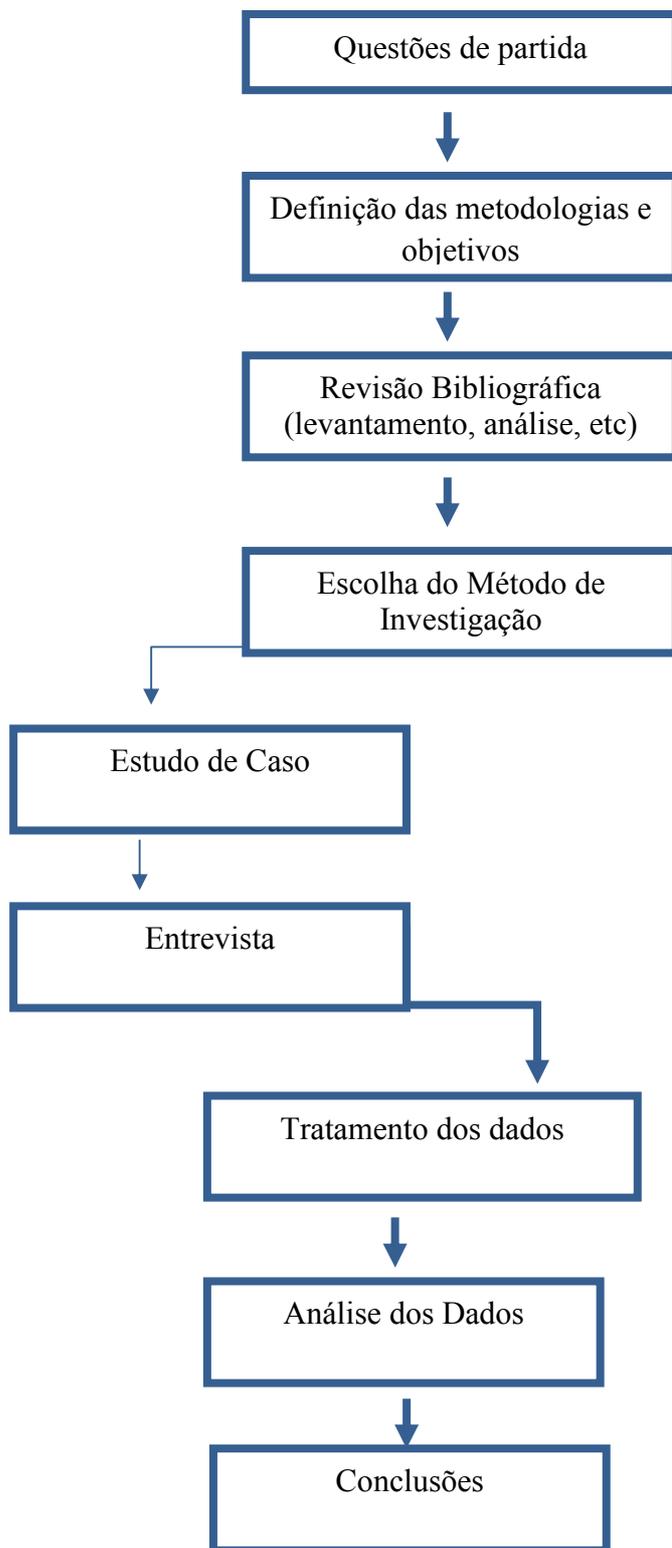
### **3.2 Etapas do Estudo**

O trabalho de investigação tem que ser refletido e estruturado, podendo ser representado num desenho (Etapa do Estudo), como apresentado na Figura 2.

Numa fase inicial foram colocadas questões que serviram de base ao trabalho de exploração de dados e pesquisas que permitem a definição da problemática que será abordada no estudo. Nesta fase foi feito um trabalho teórico baseado na análise de artigos publicados em revistas científicas e livros nacionais e internacionais, com a finalidade de definir os objetivos do estudo de caso.

Seguidamente consolidou-se a informação, permitindo a construção e desenvolvimento do método de pesquisa e análise da informação apreendida e recolhida. Ainda se realizou a descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio e para complementar a informação, recorreu-se ao método da entrevista presencial. Através das respostas obtidas complementou-se o estudo e retiraram-se conclusões adicionais.

**Figura 2: Etapas do Estudo**



**Fonte:** Elaboração Própria

### **3.3. Processo de Realização do Estudo de Caso**

A investigação do tipo qualitativo usada neste trabalho seguiu o método de Estudo de Caso. Para Gil (1989):

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Segundo Bell (1997), o método de Estudo de Caso é particularmente indicado para investigadores isolados, pois proporciona uma oportunidade de estudar, de uma maneira aprofundada, um determinado aspeto de um problema, num período de tempo curto.

No Estudo de Caso podem ser usadas várias técnicas próprias de investigação qualitativa para recolha de dados, como por exemplo a entrevista e a observação. Os métodos de recolha de informação são selecionados de acordo com a tarefa a ser executada (Araújo et al, 2008).

#### **3.3.1. Instrumento da Investigação**

Iniciou-se o Estudo de Caso com a revisão de literatura sobre a temática contabilidade internacional e a sua aplicação nas empresas multinacionais e sistema - Oracle e procurou-se desenvolver e clarificar os objetivos proposto no âmbito desta investigação.

As técnicas de recolha de dados adotadas foram a análise documental (pesquisa em livros, teses e revistas da especialidade) e a entrevista. A análise documental baseou-se no estudo e análise de diversos documentos para caracterizar a contabilidade internacional e nacional e o sistema, Oracle utilizado pela empresa Kemet Electronics Portugal, S.A. O recurso à técnica de entrevista é uma forma de complementar a informação recolhido na análise documental.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), uma entrevista consiste numa conversa intencional, normalmente entre duas pessoas, dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações.

As entrevistas podem ser de três tipos: não estruturada, semiestruturada e estruturada. Neste estudo foi utilizada a entrevista semiestruturada que se caracteriza pela existência de um guião previamente preparado que auxilia o entrevistador para o desenvolvimento da entrevista. Aqui não tem de haver uma ordem rígida nas questões; o desenvolvimento da entrevista vai-se adaptando ao decurso dos trabalhos e ao próprio entrevistado e mantém-se um elevado grau de flexibilidade no desenvolvimento das questões. As vantagens da utilização deste tipo de entrevista são a otimização do tempo disponível, a seleção de temáticas para aprofundar e a hipótese de introduzir novas questões ao longo da entrevista. A desvantagem principal é o facto do entrevistador se ter de preparar muito bem para a entrevista, de modo a não haver um envolvimento emocional.

No estudo realizado, a entrevista foi realizada a três colaboradores, de departamentos diferentes da empresa Kemet Electronics Portugal, S.A. selecionados segundo a sua experiência e conhecimento da temática em estudo. As entrevistas foram realizadas individualmente nas instalações da empresa e gravadas. Os intervenientes tiveram conhecimento das questões antes das entrevistas, uma vez que foi necessário pedir autorização ao diretor da empresa para as realizar.

Do departamento de contabilidade foi entrevistada a assistente de contabilidade, que exerce funções na empresa há seis anos. A esta colaboradora foram colocadas seis questões:

- ✓ Como é que o sistema – Oracle contribui para a harmonização contabilística, considerando que a Kemet Electronics Portugal, S.A. é uma empresa multinacional?
- ✓ De que forma a utilização do sistema Oracle facilita a conferência e contabilização dos documentos contabilísticos?

Estas duas questões foram elaboradas como forma de compreender como é que o sistema de informação pode ajudar uma empresa multinacional na consolidação e nos registos contabilísticos.

- ✓ O sistema Oracle permite que as regras impostas pelo SOX sejam cumpridas totalmente?

Esta questão tem como finalidade conhecer as regras SOX e saber se o sistema Oracle ajuda os colaboradores a cumpri-las.

- ✓ Em sua opinião, a relação custo-benefício associada à implementação do sistema é positiva? Porquê?
- ✓ Quais são as principais vantagens e os principais inconvenientes que aponta ao sistema Oracle?

Estas duas questões foram formuladas para saber a opinião da colaboradora no que diz respeito às vantagens e desvantagens da utilização do sistema no departamento de contabilidade.

- ✓ Acha importante ter formação sobre a forma de utilização do sistema Oracle quando se entra para este departamento?

A última questão foi elaborada para saber se é importante dar formação no departamento de contabilidade quando entra um novo colaborador para a empresa.

Do departamento de controlo entrevistou-se o colaborador responsável pelo controlo de gestão que está na empresa há dez anos. Para este colaborador elaboraram-se duas questões:

- ✓ Quais os benefícios gerados pela utilização do sistema Oracle e os custos inerentes à sua implementação, incluindo aquisição de licenças e desenvolvimento do mesmo?
- ✓ De que forma, o sistema Oracle ajuda o departamento do controlo no apuramento dos custos gastos pela empresa?

Estas duas questões foram elaboradas, de forma a saber a opinião do colaborador do departamento de controlo no que diz respeito às vantagens, desvantagens e os custos inerentes à utilização do sistema nos departamentos.

Por último, foi entrevistado o colaborador responsável de informática do departamento de informática que exerce funções a nível europeu há nove anos. Este colaborador respondeu a três questões:

- ✓ Quais as razões para a empresa adotar o sistema Oracle?

Esta questão foi formulada para se compreender porque razão a empresa multinacional Kemet Electronics Portugal, S.A. adotou o sistema Oracle em vez de outro sistema.

- ✓ As vantagens e desvantagens identificadas na aplicação deste sistema por comparação com o sistema (ou a situação) anterior?
- ✓ Em sua opinião, a relação custo-benefício associada à implementação do sistema é positiva? Porquê?

As questões podem ser analisadas no guião da entrevista que encontra no apêndice deste trabalho.

### **3.3.2. Critérios de Cientificidade**

Os critérios de cientificidade são regras metodológicas, que podem atribuir um valor aos conhecimentos obtidos através da investigação, justificando a pertinência e o rigor da pesquisa (Lessar-Hébert et al., 2010)

#### **✓ Validade**

Segundo Kirl e Miller (in Lessard-Hébert et al., 2010) quando se aborda o critério validade levanta-se a questão de saber se o investigador observa realmente aquilo que pensa estar a observar, ou seja, de saber se as informações obtidas podem ser representativas ou se as variáveis que identificam essas informações receberam as designações corretas. O autor Gauthier (in Lessard-Hébert et al., 2010) refere que a preocupação com a validade da investigação é, antes de mais, aquela exigência por parte do investigador que procura que os seus dados correspondam exatamente àquilo que pretendem apresentar, de um modo verdadeiro e autêntico.

#### **✓ Fidelidade**

A fidelidade baseia-se essencialmente em procedimentos de investigação cuja descrição está explícita, incidindo diretamente sobre as técnicas e instrumentos de observação, ao invés de incidir diretamente sobre os dados obtidos. Para Lessar-Hébert et al. (2010):

A comparação dos dados obtidos sob diferentes formas permite que se avalie este tipo de fidelidade interna. A procura deste tipo de fidelidade pode tornar-se muito estimulante, sobretudo quando ela “força o investigador a imaginar como é que resultados múltiplos, mesmo ligeiramente diferentes, podem, ainda assim, ser simultaneamente verdadeiros.”

Deste modo, utilizaram-se diversas fontes documentais de forma a assegurar maior fiabilidade e validade do estudo de caso. Para haver rigor, procurou-se registar, tanto quanto possível, as perguntas feitas como o contexto dos acontecimentos ou das palavras. A informação recolhida nas entrevistas permitiu a validação da informação recolhida derivada dos documentos analisados e a compreensão da mesma documentação reunida.

Todavia, não se pretende teorizar nem construir um conhecimento generalizado, mas sim, estudar um caso. Tentando seguir os critérios de cientificidade descritos neste ponto de modo a obter uma investigação válida e fiel.

## **Capítulo 4. Identificação e Caracterização da empresa**

Neste capítulo apresenta-se e caracteriza-se a empresa Kemet Electronics Portugal, S.A. e descrevem-se todas as práticas contabilísticas efetuadas pela empresa no decorrer do exercício económico.

### **4.1. Apresentação da empresa**

A Kemet Electronics Portugal, S.A é uma multinacional que adota o normativo contabilístico norte americano no seu relato financeiro. Esta empresa é uma filial da Kemet Corporation, a qual tem uma participação de 100% no seu capital. Tendo a empresa-mãe uma participação total na empresa filiada, esta está obrigada a consolidar contas, para que a empresa-mãe possa apresentar uma imagem verdadeira e apropriada das suas demonstrações financeiras aos utilizadores da informação.

A empresa Kemet Electronics Portugal, S.A. tem que elaborar dois conjuntos de demonstrações financeiras, um de acordo com as normas dos EUA e outro de acordo com o POC (atualmente SNC).

Durante o estágio, que decorreu de outubro de 2009 a abril de 2010, utilizou-se o POC como norma contabilística. Deste modo, todo o trabalho teórico desenvolvido tem por base o POC, com algumas referências ao SNC, pois viria a ser aplicado na empresa em abril de 2010, por ser obrigatório segundo o Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro de 2009.

### **4.2. Identificação da empresa**

A empresa promotora do estágio denomina-se por Kemet Electronics Portugal, S.A. Esta empresa foi constituída em 27 de novembro de 1996, iniciou a sua atividade com um capital social de 10.000.000 €, tem sede na Rua Werner Von Siemens, 1 – Apartado 314, da Freguesia, Concelho e Distrito de Évora. A Kemet Electronics Portugal S.A.: apresenta-se com a natureza jurídica de sociedade anónima, com o número de contribuinte PT 503 841 633, apresenta o CAE 32100 e tem como objeto a atividade de fabricação, montagem e comércio de componentes eletrónicos.

A Kemet Electronics Portugal, S.A. é uma filial do grupo Americano Kemet. A empresa desenvolve, produz e vende componentes eletrónicos passivos, que embora não sejam visualizados pelos consumidores, estão presentes em diversos produtos por eles utilizados no dia a dia, como por exemplo: telemóveis, televisões, automóveis, entre outros aparelhos eletrónicos.

A empresa utiliza o sistema Oracle, no qual os registos contabilísticos e informações financeiras são registados segundo as normas (US GAAP) e moeda (USD) norte americanas. A Kemet Corporation tem as suas ações cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

Relativamente às ações:

- ✓ Número de ações: 2.000.000
- ✓ Valor nominal: 2,42€ (dia 20 de julho de 2010)

A 13 de abril de 2006, os capitais de Epcos Peças foram totalmente comprados pelo Grupo Americano Kemet e, a 7 de junho de 2006, altera-se a denominação social de Epcos e Componentes Eletrónicos, S.A para Kemet Electronics Portugal, S.A.

A Epcos Peças e Componentes Eletronicos, S.A foi fundada em 27 de novembro de 1996, dedicando-se à produção de condensadores de tântalo usados nas indústrias de eletrónica automóvel e telecomunicações. O seu capital social, de 10.000.000€, pertencia totalmente ao grupo Epcos AG.

A Epcos AG era um grupo alemão que desenvolvia, produzia e vendia componentes eletrónicos passivos, produtos que servem para regular correntes de energia em circuitos elétricos e para transmitir cargas elétricas a diversos componentes. A Epcos AG tinha quatro segmentos de negócio: capacitores (onde se enquadra a Epcos Peças e Componentes Electronicos, S.A), SAW components, ceramic components e ferrites and inductors.

Quando a Kemet Electronics Portugal, S.A. quando incorporou totalmente a Epcos nos seus capitais, esta trabalhava com 5 linhas de produção.

Os principais fornecedores de matéria-prima da Kemet são a Cabot Super Metals, a H.C.Starck e Ningxia, que fornecendo principalmente pó e fio de tântalo.

Atualmente a Kemet Electronics Portugal, S.A tem mais de 300 trabalhadores o que faz com que tenha uma grande importância para o Alentejo e para a cidade de Évora em particular.

A empresa Kemet Electronics Portugal, S.A. é constituída por três edifícios. O edifício principal, a receção da empresa, onde se situa a administração, os recursos humanos, o centro informático, o departamento de compras, de expedição, de vendas, da contabilidade e de controlo.

Os departamentos de compras, de expedição, de vendas, de contabilidade e controlo encontram-se todos juntos, em regime de “open space”, separados apenas por armários, fazendo com que exista interação entre todos os membros da equipa. Exceto no caso do departamento de contabilidade e de controlo, estes estão juntos, pois assim as pessoas que os constituem podem apoiar-se simultaneamente. Ou seja, há informações que o controlo precisa da contabilidade e vice-versa.

O edifício seguinte é o local onde se pode ver todo o processo necessário para a produção de condensadores de tântalo.

O fabrico começa na área de prensagem do pó de tântalo. Nesta área é feita a mistura do álcool com a cânfora e destes com o pó de tântalo, formando-se o ânodo com o tamanho e características elétricas finais que o condensador deve ter. De seguida são submetidos a um tratamento térmico que se chama sinterização, para dar resistência mecânica. Depois classificam-se os ânodos (Figura 3) e soldam-se os ânodos à barra. Seguidamente, vão para a área de pré-formação onde irá ser colocada uma camada de isolante elétrico. Posteriormente vão para os banhos condutivos que servem para garantir uma boa conduta elétrica do terminal onde o condensador há de ser ligado. Depois os ânodos são limpos de resíduos externos e são marcados com as características do mesmo. Por fim, são sujeitos a uma inspeção visual e colocados na fita de transporte para serem enviados para os clientes.

**Figura 3 - Ânodo<sup>6</sup>**



O último edifício aloja o refeitório, o posto médico e os balneários para os funcionários que trabalham na área da produção.

---

<sup>6</sup> Imagem retirada do site [www.kemet.com](http://www.kemet.com)

O médico desloca-se à empresa, uma ou duas vezes por semana, de forma assegurar a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

Os trabalhadores têm regras muito específicas no que diz respeito ao vestuário na área da produção. Têm de vestir roupa e calçado apropriado. Estas são regras para garantir níveis assegurados de higiene e segurança no trabalho.

O organigrama da empresa apresenta-se no anexo 1, onde são identificados cada departamento e respetiva chefia.

#### **4.2.1. Oracle – Sistema utilizado na Kemet Electronics Portugal, S.A**

Existem vários sistemas como o Primavera, Sage, SAP, Alidata, FiloSoft, Oracle entre outros, que auxiliam as empresas nas suas tarefas de gestão, recursos humanos, de modo a dar uma imagem verdadeira e apropriada da empresa em relação ao mercado em que estão inseridas.

A empresa Oracle foi fundada em 1977 por Larry Ellison e Bob Oats. Em 1980 e durante sete anos a empresa duplicou anualmente as suas vendas. Em 1986, a empresa entrou na bolsa e, quatro anos depois, passou por uma fase de grandes perdas que quase a deixou na falência. Para melhorar a situação, Ellison substituiu os seus jovens gestores por outros profissionais com mais experiência na área. Dessa forma, passou a dedicar-se especialmente ao desenvolvimento de produtos informáticos.

A empresa chegou a líder mundial do mercado de software de gestão de informação. Durante quase trinta anos, a Oracle desenvolveu software e serviços que permitiram às organizações obterem as informações mais precisas e atualizadas a partir dos respetivos sistemas empresariais.

A Oracle foi uma das primeiras empresas a disponibilizar as suas aplicações empresariais na Internet e a empenhar-se na interação de todas as suas soluções de software, e conseguiu a liderança na simplificação dos sistemas de tecnologias de informação e fornecimento de soluções completas, permitindo aos clientes obter informações fidedignas, reduzindo os custos de exploração.

A Oracle é considerada líder em bancos de dados, segundo os seguintes estudos elaborados pela própria empresa:

- ✓ Relatório de 2006 do Gartner: Oracle é a nº 1 em banco de dados, com 47,1% de participações de mercado;
- ✓ O Oracle detém recordes mundiais em benchmarks em servidores com Windows, Linux e Unix;
- ✓ O Oracle é o número um em Linux, com mais de 80% de participação de mercado e o mais baixo custo de transação.

O Oracle é um software criado pela empresa Oracle com aplicações de apoio à decisão, que possibilita a extração de relatórios financeiros, orçamentos e planeamento, permitindo controlar custos, analisar performances, avaliar oportunidades e formular objetivos futuros.

A empresa Kemet Electronics Portugal, S.A. adota o sistema Oracle, pelo facto da empresa-mãe também implementar este sistema. Desta forma, a troca de informação financeira é mais fácil e fiável. Este sistema pode ser encontrado em vários departamentos da empresa.

O departamento de compras utiliza o Oracle para efetuar a requisição das mercadorias, serviços e retirar relatórios, nomeadamente o relatório que indica quais as faturas bloqueadas pelo sistema, e que o departamento tem que desbloquear, pois o preço ou a quantidade encomendada não correspondem aos valores encomendados. O armazém utiliza este sistema para dar entrada das mercadorias, facilitando a gestão de stocks e evitando a existência de problemas, nomeadamente no que se refere a diferenças de preços e quantidades, quando a mercadoria for contabilizada. O departamento de Acconts Receivable (AR - contas a receber) também utiliza o Oracle para tirar relatórios, aplicar pagamentos, visualizar faturas emitidas e ainda para emitirem notas de crédito. Relativamente ao departamento de contabilidade, o sistema é utilizado para todas as tarefas: analisar se a mercadoria já foi rececionada em armazém, contabilizar quaisquer tipos de documentos, tirar relatórios com a mais diversa informação, ver os dados dos fornecedores e alterar, por exemplo, a morada ou outro dado referente a esse fornecedor. No entanto, as tarefas consideradas de maior importância com suporte Oracle são as de fecho de mês, o que inclui o fecho do Accounts Payables (AP – contas a pagar), inventario e imobilizado. Os dados são tratados na Kemet Electronics Portugal, S.A. e enviados para a empresa-mãe, para que esta os consolide com os das restantes empresas do Grupo.

Para compreender o porquê da adoção do sistema Oracle pela empresa o colaborador do departamento de informática esclarece dando a seguinte explicação, “o *Enterprise Resource Planning (ERP)*<sup>7</sup> anteriormente utilizado foi criado pelo primeiro diretor informático da Kemet Electronics Portugal, S.A. há mais de 25 anos. Era um sistema antiquíssimo; a manutenção dos distribuidores desses sistema estava a ser caríssima; com o crescimento que a Kemet Corporation está a ter, [compra] mais e a mais empresas à volta do mundo; temos que integrar mais empresas novas dentro do sistema e ele tinha limitações de quantidade; a velocidade de resposta já não era a mesma e mesmo para trabalhar com os sistemas operativos existentes hoje em dia já não estava nada adaptado e não era fácil pô-lo a trabalhar com novas tecnologias. O sistema Oracle é um sistema em constante atualização e um dos mais recentes sistemas de ERP a nível mundial e que responde às necessidades atuais da empresa.” As principais vantagens residem essencialmente nos custos que se poupam na utilização do Oracle em vez do antigo ERP e nas melhorias que foram possíveis fazer com aplicação do Oracle na empresa. O colaborador terminou acrescentando, “*utilizando um ERP completo e integrado é mais fácil gerir uma empresa multinacional.*”

Na opinião da colaboradora do departamento de contabilidade as vantagens da utilização do sistema Oracle são: a sua fácil utilização, uma vez compreendido o funcionamento global e entendido que o sistema funciona em sub-módulos consegue-se trabalhar em pelo menos um dos módulos e facilita a consolidação de contas com a empresa-mãe. Em relação às desvantagens da utilização do Oracle, a colaboradora refere que a principal é o facto de não ter a informação no diário de Razão Geral, ou seja, como trabalham em sub-módulos durante o mês o registo da informação é feito nos respetivos sub-módulos e só no final do mês é que transferem a informação para o Razão Geral. Logo, quando necessitam de alguma informação têm consultar os respetivos sub-módulos e não o módulo principal. Outro inconveniente é o facto de os relatórios nem sempre serem adequados às necessidades. “*Por vezes temos de juntar três ou quatro relatórios para termos a informação que necessitamos, mas isso também está relacionado com a forma de gestão dos relatórios pela empresa-mãe*”. A última desvantagem apontada prende-se com o facto de o Oracle não preparar as declarações fiscais, ao contrário do que acontece com os outros programas disponíveis no mercado. Assim sendo, na Kemet Electronics Portugal, S.A. toda a informação fiscal é preparada manualmente.

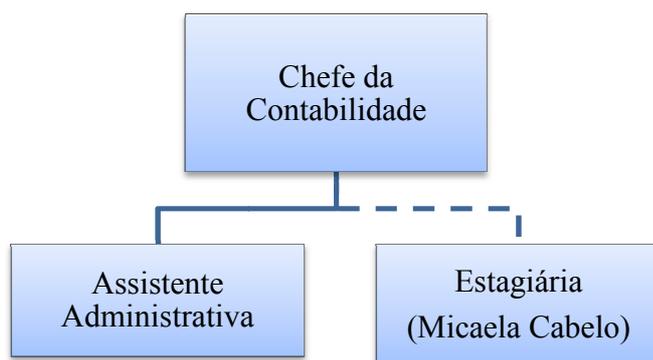
---

<sup>7</sup> Enterprise Resource Planning (ERP), são sistemas de informação empresariais integrados que servem toda a empresa.

### 4.3. O departamento de contabilidade

O organigrama seguinte (V. Figura 4) apresenta a estrutura do departamento de contabilidade.

**Figura 4 – Organigrama do departamento de contabilidade**



**Fonte:** Elaboração Própria

De seguida, irão ser descritas as tarefas desempenhadas por cada pessoa no departamento.

A chefe da contabilidade, tal como o nome indica, é a responsável pela área da contabilidade na empresa, orienta a equipa da contabilidade, organiza as declarações de impostos e os relatórios anuais (garantindo o cumprimento de todos os requisitos legais), acompanha todos os seguros da empresa, assegura que todos os procedimentos SOX são cumpridos, envia todos os relatórios da empresa para a empresa-mãe, dá suporte aos auditores, entre outras tarefas relacionadas com a contabilidade da empresa.

A assistente administrativa desempenha tarefas como o registo e controlo de todos os ativos fixos, apoia a verificação do cumprimento dos procedimentos SOX, faz os pagamentos aos fornecedores, controla os movimentos em caixa, entre outras tarefas.

O estágio foi desenvolvido no departamento de contabilidade. As tarefas de estágio serão descritas no quinto capítulo.

### 4.3.1. Organização Contabilística

A Kemet Electronics Portugal S.A, sendo uma empresa multinacional, que mantém relações com o exterior, adotou a contabilidade às necessidades da empresa. Assim, ao lado de uma contabilidade financeira, existe uma contabilidade analítica. Ou seja, a contabilidade financeira contabiliza os documentos de forma a dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da empresa, enquanto, que a contabilidade analítica analisa os dados de forma a avaliar os custos por cada centro de custo.

Em termos gerais, a contabilidade financeira está direcionada para as operações de natureza comercial ou financeira, enquanto a contabilidade analítica se direciona para as operações de carácter interno, isto é, com os factos ligados ao processo produtivo da empresa.

Tendo a empresa estes dois tipos de contabilidade, com características tão distintas, consegue ter não só uma informação global, mas repartida por centro de custo permitindo assim imputar cada custo ao responsável do departamento.

No departamento de contabilidade é efetuado todo o trabalho referente à contabilidade financeira, mais precisamente:

- ✓ Definição de sistemas de contabilidade geral e a sua articulação com a contabilidade analítica;
- ✓ Cumprimento de todas as obrigações de natureza fiscal (pagamento de impostos, cumprimento de obrigações declarativas, IVA, IRC, retenções na fonte, segurança social – anexo 2);
- ✓ Tratamento das operações contabilísticas de acordo com as regras nacionais e subsidiariamente de acordo com os princípios internacionais;
- ✓ Registo e controlo do imobilizado;
- ✓ Pagamento a fornecedores
- ✓ Reconciliação de contas;
- ✓ Apuramento de resultados.

No departamento de controlo é efetuado todo o trabalho referente ao tratamento de informação disponibilizada pela contabilidade financeira bem como o apoio à gestão através da disponibilização de relatórios financeiros, nomeadamente:

- ✓ Abertura de centros de custos e de atividade;
- ✓ Análises de rentabilidade por atividade, gabinete ou especialidades;
- ✓ Apresentação de resultados mensais;
- ✓ Apresentação de um dossier mensal com os elementos para gestão (balanço, demonstração de resultados, resultados de exploração e a sua evolução mensal, balancetes sintéticos e analíticos, projeções de resultados para o final de ano);
- ✓ Apresentação de rácios e outros indicadores analíticos e sintéticos sobre várias áreas/especialidades de empresa;
- ✓ Controlo orçamental;
- ✓ Apoio na definição do plano estratégico e na elaboração do orçamento anual;
- ✓ Conceção de sistemas de organização e controlo.

Os relatórios financeiros estão obrigatoriamente representados de uma forma transparente. A situação financeira e os resultados da empresa estão conforme os princípios contabilísticos geralmente aceites nos EUA (US GAAP).

O exercício económico da empresa tem a duração de um ano, o qual começa em 1 de abril e termina em 31 de março.

Na perspetiva de análise dos custos e benefícios associados à utilização do sistema Oracle o colaborador do departamento de controlo deu-nos a seguinte explicação, “*os benefícios que o sistema Oracle proporciona a uma empresa estão relacionados com o facto de como os sistemas Enterprise Resource Planning (ERP) consolidam a informação de diferentes sub-modulos, tais como: Manufacturing; Finance; Purchasing; RH.*”

*Esta consolidação de informação permite uma melhor tomada de decisão por parte da equipa de direção visto que a maior parte das variáveis críticas de negócio estão disponíveis on-line. Em relação aos custos inerentes à implementação, licenças e outros custos, os mesmos estão relacionados com o facto de estes sistemas estarem suportados numa base standard previamente desenvolvida, o que implica um esforço adicional de convergência económica/mercado em que a empresa se insere.”*

A colaboradora do departamento de contabilidade sobre este assunto é da opinião de que é indispensável para qualquer empresa multinacional a utilização de um sistema,

pois ajuda o departamento a ter um acesso à informação de uma forma imediata e facilita o reporting da informação contabilística à empresa-mãe.

O colaborador do departamento de informática esclarece este assunto dizendo que, *“A manutenção do sistema antigo tornava-se caríssimo era difícil suportá-lo tinha de se adicionar recursos constantemente devido à ocupação de base de dados. Com o sistema Oracle a locação dos dados não é feita da mesma maneira, pois não necessita de tantos recursos, devido ao facto de este sistema já ter sido criado para este fim. Com este sistema conseguimos centralizar tudo, com novas tecnologias de atualização de servidores, temos melhores respostas e conseguimos dar funcionalidades aos utilizadores que trabalham na empresa, tudo isto se traduz em benefício e em poupança de dinheiro durante um dia normal de trabalho da empresa”*.

Parece, portanto, que embora os sistemas sejam dispendiosos, são uma “tecnologia” essencial para uma empresa e necessária para a sua evolução, pois permite controlar e planear todos os seus procedimentos, quer de produção, quer de serviços, de modo a obter melhores resultados no mercado onde esta inserida.

### **4.3.2. Práticas de Controlo interno**

A lei Sarbanes-Oxley (SOX) é uma diretiva americana de controlo financeiro e foi regulamentada em julho de 2002, no seguimento dos escândalos financeiros que envolveram empresas como a *Enron* e a *Worldcom*. É considerada a maior reforma da legislação do mercado de capitais dos EUA desde o crash da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. Esta lei estabelece regras que visam a padronização e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controlo financeiro das empresas, tornando-os mais eficazes e transparentes. A lei SOX aplica-se a todas as empresas públicas e internacionais, que estejam cotadas na bolsa de Nova Iorque.

Segundo Gonçalves (2009), a Lei Sarbanes-Oxley proporcionou uma reforma nos procedimentos contabilísticos, na elaboração dos relatórios financeiros e nos aspetos relacionados com a transparência da informação divulgadas por parte das empresas. A regulamentação aumentou a responsabilidade dos administradores, obrigando-os a desenvolver um detalhado processo de controlo interno.

Estes são, em traços gerais, os requisitos que a Lei Sox exige, segundo o site do portal executivo:

- ✓ Certificações assinadas pelo presidente e pelo diretor financeiro da empresa;
- ✓ Proibição de concessão de empréstimos a conselheiros e diretores;
- ✓ Divulgação da adoção ou não de um código de ética para os administradores;
- ✓ Restrição quanto à prestação de serviços de consultoria pelos auditores independentes aos seus clientes;
- ✓ Controlos internos deverão ser divulgados em relatórios específicos anexos aos relatórios anuais;
- ✓ Empresas obrigadas a uma rotatividade de sócios-auditores de cinco em cinco anos;
- ✓ Criação de um Comité de auditoria, que deverá ser constituído por elementos independentes, segundo estipula as regras da SEC;

### **4.3.3. Apuramento de Contribuição e Impostos**

A Kemet Electronics Portugal, SA tem a obrigação de apresentar e entregar as declarações do IVA, entre outras, seguidamente mencionadas.

#### **✓ Declaração Periódica do IVA**

A empresa enquadra-se no regime mensal de IVA, pelo que a entrega da Declaração Periódica (DP) do IVA é feita, via internet, dentro do prazo legal, isto é, até ao dia dez do segundo mês seguinte àquele a que respeitam as operações (art.º 40 do CIVA).

Segundo o artigo 1º do CIVA estão sujeitas a este imposto, as transmissões de bens e prestação de serviços efetuadas em território nacional, as importações de bens e as operações intracomunitárias efetuadas em território nacional.

#### **✓ Declaração Anual**

Como a Kemet Electronics Portugal, S.A. optou por um período da tributação diferente do ano civil, a declaração anual - entrega anual pelo sujeito passivo de uma declaração de modelo oficial, relativa aos rendimentos do ano anterior – deverá ser apresentada até ao último dia útil do sexto mês seguinte à data do termo desse período.

Neste caso, a informação deverá reportar-se ao período de tributação para efeitos de IRC e, para efeitos de IVA, ao ano civil cujo termo naquele se inclua.

✓ **Modelo 30**

A Kemet Electronics Portugal, S.A. também tem de apresentar o modelo 30, referente aos rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes. A declaração Modelo 30 é de entrega obrigatória sempre que sejam pagos ou colocados à disposição rendimentos a entidades não residentes, devendo ser apresentada através de transmissão eletrónica.

Os originais dos formulários e outros documentos de prova que justifiquem a não aplicação de qualquer taxa de imposto, utilização de taxas reduzidas ou outras situações, são conservadas na empresa pelo prazo de dez anos.

✓ **Imposto Selo**

Sempre que a empresa realize atos ou contratos que gerem imposto de selo, tem de liquidar o valor do imposto ao Estado. O valor cobrado em cada mês e entregue ao Estado até ao dia vinte do mês seguinte.

✓ **Segurança Social**

A empresa desconta nas respetivas remunerações pagas aos seus trabalhadores e colaboradores a percentagem referente às contribuições.

A importância total em dívida é paga à segurança social entre os dias 1 e 15 do mês seguinte àquele a que se reporta a referida contribuição.

A apresentação e entrega das declarações acima mencionadas são obrigatórias para a empresa, segundo a normalização contabilística quer nacional quer internacional.

#### **4.3.4. Encerramento de Contas**

No final do exercício económico, a 31 de março, a Kemet Electronics Portugal, SA, tem de proceder a uma série de operações para encerrar as contas e apresentar as suas peças contabilísticas fundamentais.

Após a elaboração do balancete de verificação do Razão a 31 de março, o qual resume todos os movimentos efetuados durante o exercício, realizam-se as seguintes tarefas:

- ✓ Proceder ao trabalho de retificação das contas, quando não há concordância entre os saldos contabilísticos e os saldos reais das contas;
- ✓ Após as retificações efetua-se um novo balancete – o balancete retificado;
- ✓ Apurar o resultado líquido do exercício, pela transferência dos saldos das contas de resultados correntes e de resultados extraordinários, para a conta de resultados líquidos do exercício;
- ✓ Após tudo isto elabora-se novo balancete – o balancete final, onde as contas de custos, proveitos e resultados se encontram saldadas, com exceção da conta de resultados líquidos;
- ✓ Elaborar o balanço final e a demonstração de resultados;
- ✓ Por fim procede-se ao encerramento das contas do Razão, em que as contas com saldo devedor no balancete final são creditadas e as que tem saldo credor são debitadas.

Estes procedimentos de encerramento são fundamentais para que os utilizadores da informação conheçam a situação financeira da empresa.

#### **4.4. Aspetos Deontológicos e Éticos**

O código ético é um documento em que a empresa estabelece objetivos de caráter ético que deseja alcançar, dentro e fora da mesma, isto é, com os fornecedores, trabalhadores, diretivos, clientes, instituições financeiras, comunidade local, economia nacional entre outras. O código contém a declaração de objetivos globais, a missão da empresa, os princípios éticos fundamentais, de modo a serem transmitidos a todos que interagem com a empresa, seja a nível interno ou externo, de forma direta ou indireta.

No caso da Kemet Electronics Portugal, SA podemos mencionar os seguintes aspetos éticos mais relevantes:

✓ **Visão**

Ser, para os clientes um parceiro de negócios credível e respeitado, que oferece a garantia da qualidade dos produtos, com o melhor serviço, execução e entrega dentro dos prazos.

Oferecem soluções inovadoras suportadas pela sua colaboração e baseada no conhecimento tecnológico; Os produtos e serviços contribuirão para que os seus clientes reduzam os seus custos totais de produção e comercialização; Lideram o mercado como um fornecedor de soluções completas; Promovem oportunidades para os trabalhadores, soluções de qualidade para os clientes e excelentes resultados para os acionistas.

✓ **Política de Qualidade**

A empresa exerce as expectativas dos seus clientes através de uma excelência operacional e melhoria contínua.

Zero defeitos; 100% cumprimento de prazos; Líder em tecnologia; os mais baixos custos totais de operação; Processos com capacidade Six Sigma; Eficiência, a nível mundial, em tempos de ciclo.

✓ **Política Ambiental**

A Kemet dirige o seu negócio de forma a proteger a saúde e segurança dos seus trabalhadores, os seus clientes, o público e o ambiente.

✓ **Valores**

A empresa apresenta os seguintes valores: Focado no cliente; Atitude global; Trabalhadores; Assumir riscos; Rapidez; Integridade; Cidadania.

Ainda podemos mencionar os seguintes aspetos deontológicos mais relevantes:

✓ Cada colaborador da empresa é responsável pela proteção de ativos da mesma referente a perdas, estragos, abusos ou roubos. Os ativos da empresa tal como fundos, produtos ou computadores só devem ser usados para o negócio ou por outros propósitos autorizados pela gerência. Os ativos da empresa nunca podem ser usados para propósitos ilegais;

✓ A companhia exige o registo exato e honesto de informação, isto inclui dados como a qualidade, segurança, registos pessoal e assim como o registos

financeiros. Todos os livros financeiros, registos e contas devem exatamente refletir transações e controlos internos;

- ✓ É estritamente proibido o uso de fundos ou ativos da empresa para qualquer ato que seja considerado ilegal ou com o objetivo de influenciar ou de subornar. Apenas é permitido oferecer e aceitar pequenas cortesias como: almoços, divertimento entre outras, coisas que apenas sirvam para nutrir entendimento e comunicação entre fornecedor e clientes da empresa, estes não são considerados subornos uma vez que são atos de boa vontade e servem para encorajar o desempenho e o sentido de responsabilidade;
- ✓ Nenhum pagamento a favor da empresa será autorizado, nem será feito com outro propósito que não o pagamento de documentos apresentados;
- ✓ Cada colaborador deverá salvaguardar toda a informação considerada confidencial, esta obrigação contínua mesmo depois do fim do emprego.

Os aspetos deontológicos e éticos são necessários para que haja regras e normas dentro da empresa. Para se cumprir todas as regras e para dar conhecimento aos colaboradores destes procedimentos, a empresa entrega um marcador com todos estes aspetos.

#### **4.4.1. Dossier Fiscal**

Findo o exercício económico, tem de se constituir o Dossier Fiscal, ou seja, procede-se à constituição de um processo de documentação fiscal e contabilística relativo ao exercício.

O dossier fiscal deve ser mantido durante dez anos, integrando um conjunto de documentos (identificado na Portaria nº 359/2000, de 20/06), nomeadamente, os Balancetes do Razão, o Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, a Ata de Aprovação de Contas, o Mapa de Provisões e os Mapas de Reintegrações e Amortização.

Como a empresa estabelece relações especial com outras, isto é, relações comerciais com empresas que possuam mais de 10% do seu capital social, é necessário garantir que são contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades

independentes em operações compatíveis. É por este motivo que a empresa tem que possuir um dossier de preços de transferência, para garantir uma paridade no tratamento fiscal e neutralizar certas práticas de evasão fiscal.

De acordo com o nº 6 do artigo 58º do Código do IRC (CIRC), deverá também ser incluído no Dossier Fiscal a política adotada em matéria de Preços de Transferência.

## **Capítulo 5. Descrição das atividades desenvolvidas no decurso do estágio**

No quinto e último capítulo, descrever-se-ão as atividades desenvolvidas no departamento de contabilidade durante o estágio, de outubro de 2009 a abril 2010. Explanar-se-ão de forma exaustiva as atividades desenvolvidas durante o estágio, sendo que em primeiro lugar será descrita a tarefa principal e em seguida as tarefas auxiliares. A tarefa principal será realizada utilizando o sistema Oracle adotado pela empresa Kemet Electronics Portugal, S.A. como referido anteriormente.

O objetivo principal do estágio foi a conferência e contabilização de faturas e notas de crédito de fornecedores. Contudo foram desenvolvidas para além desta, um conjunto de atividades auxiliares durante o estágio nomeadamente, separação de correio; arquivo documental; análise cambial; organização de processos de formação; reconciliação bancária; reconciliação de fornecedores; declaração mensal do IVA; modelo 30; SOX; intrastat; especialização de custos (Cut Off); dossier fiscal.

Por último será elaborada análise crítica ao trabalho desenvolvido na empresa.

### **5.1. Atividade Principal**

A conferência e contabilização de documentos foram as tarefas mais importantes do estágio.

De acordo com a colaboradora do departamento de contabilidade, *“o sistema Oracle facilita muito o trabalho contabilístico, porque antigamente o trabalho contabilístico era feito; manualmente com os sistemas de informação torna-se tudo mais fácil. O Oracle facilita a contabilização, uma vez que algumas regras contabilísticas já estão definidas no sistema, e faz automaticamente conferências que são importantes para o nosso trabalho. Por exemplo, em termos de contas a pagar, o próprio sistema confere automaticamente, ou seja, faz a conferência entre as faturas e as ordens de compra, bloqueado automaticamente as faturas que não estão de acordo com a ordem de compra. Ainda nos ajuda no caso de estarmos a lançar uma fatura num fornecedor que já tenha sido lançada. O próprio sistema avisa-nos que essa fatura já foi lançada.*

*O Oracle facilita também a contabilização dos documentos, uma vez que, por exemplo, quando a ordem de compra é feita está logo definida a conta contabilística a utilizar. Deste modo, quando a fatura é contabilizada no sistema, contabiliza na própria conta que foi definida na ordem de compra, sendo assim mais fácil a contabilização, porque não temos de estar a ver o que compraram e a escolher a conta a utilizar.”*

Como todos os sistemas, também o Oracle tem falhas: há verificações que o sistema não faz, mas que têm de ser feitas, como por exemplo, as tarefas de controlo e despistagem antes e durante o lançamento do documento.

Antes de contabilizar o documento, deve-se ter em conta os seguintes procedimentos: verificar quais os documentos mais antigos e contabilizá-los em primeiro lugar; verificar sempre se os documentos têm a designação social, o número de contribuinte da empresa e o número de contribuinte do fornecedor; identificar se o documento é nacional, intracomunitário ou importação, porque cada um destes casos tem características específicas de contabilização; por fim, reconhecer se o documento é do tipo 1; 2 ou 3way, uma vez que cada tipo de documento é tratado de forma diferente.

Um documento 1way é um documento que quando é contabilizado não existe confirmação com a encomenda, pois nestes casos não há requisição do serviço ou mercadoria. O documento deve ser lançado no sistema e de seguida bloqueado para pagamento, isto é, só será pago quando o responsável pelo departamento que solicitou o serviço ou mercadoria verificar o documento e assinar o mesmo dando autorização para o seu pagamento. O responsável está identificado numa lista (Anexo 3), onde estão definidos os limites dos valores até aos quais pode autorizar o pagamento.

No caso de ser um documento 2way, o documento, quando contabilizado vai fazer confirmação com a encomenda feita pelo departamento das compras, embora seja uma encomenda sem receção de mercadoria, pois esta designação é utilizada para documentos relacionados com serviços. O documento é contabilizado e bloqueado para pagamento. O responsável que requisitou tem de confirmar se o serviço foi realmente realizado e se o valor acordado corresponde ao valor faturado. Depois de assinado o documento, está pronto para ser pago na data de vencimento.

Caso seja um documento 3way, o documento só poderá ser contabilizado depois de ter sido rececionada a mercadoria no armazém. O departamento de compras tem de efetuar encomenda de toda a mercadoria. Porque se houver diferenças na quantidade ou no valor do documento em relação à encomenda o próprio sistema bloqueia o documento. Só poderá ser desbloqueado pelo departamento de compras, depois de analisar o porquê do

bloqueio. O sistema bloqueia se a quantidade contabilizada for superior à quantidade rececionada ou se o valor for superior ao da encomenda.

Qualquer documento contabilizado tem de ter associado um código de IVA.

Para analisar qual o código de IVA a utilizar tem que se analisar se o documento é nacional, intracomunitário ou importação, qual o IVA utilizado no documento e a conta utilizada na encomenda.

A empresa Kemet Electronics Portugal, S.A. usa o US GAAP em vez de contas do POC, (Anexo 4). O COA apresenta todas as contas existentes e a sua correspondência com a conta POC respetivamente.

Quando se contabiliza um documento a conta é constituída por, companhia que é a empresa onde se imputa o custo; departamento, onde se define qual o departamento onde se associa o custo e a conta onde se contabiliza.

Os fornecedores são divididos em quatro, sendo cada grupo representado por uma conta específica.

- ✓ 200050 – Representa os fornecedores nacionais;
- ✓ 200051 – Representa os fornecedores estrangeiros;
- ✓ 200052 – Representa as empresas associadas;
- ✓ 200053 – Representa os colaboradores.

As “accruals accounts” (contas de faturas em receção /mercadoria em trânsito) utilizadas são as seguintes:

- ✓ 201000 – Está associada a contas de custos;
- ✓ 201200 – Está associada a contas de existências Tool Crib;
- ✓ 201003 – Está associada a contas de existências Raw Material.

Nos documentos estrangeiros para além dos procedimentos anteriormente mencionados têm que se analisar outros aspetos que dizem respeito ao modo de aquisição, isto é, se a aquisição é intracomunitária (países da UE) ou importação (países extracomunitários) tem regras diferentes de contabilização.

✓ **Aquisição Intracomunitária**

Na aquisição de bens intracomunitária pode-se utilizar o código K1 para existências, K2 para imobilizado e K5 para outros bens e serviços.

Todos os documentos que forem contabilizados utilizando estes códigos têm de ser registados no ficheiro do intrastat.

Tratando-se de serviços utiliza-se o código K3 ou K6. K3 para serviços relacionados com imobilizado e K6 para serviços relacionados com outros bens e serviços.

Tem que se ter em atenção as implicações em termos de IRC (artigo 87º CIRC), e neste caso há duas situações a ter em conta. Se o serviço for prestado fora de Portugal, não há implicações, mas é necessário fazer prova, ou seja, junta-se a cópia do SSO que acompanhou a mercadoria. Se for um serviço prestado dentro de Portugal estão sujeitos a uma retenção na fonte de 15%, podendo esta ser evitada, recorrendo aos Acordos de Dupla Tributação Internacional, celebrados entre Portugal e os países prestadores de serviços. Para tal é preciso preencher o RFI (Anexo 5) e enviá-lo para o fornecedor para ser carimbado pelas autoridades fiscais do país do fornecedor.

Existem ainda, as royalties que estão sujeitas a retenção na fonte de 15%, podendo-se recorrer aos Acordos de Dupla Tributação para reduzir a taxa de retenção através do preenchimento do RFI.

✓ **Importação**

Na importação de bens tem que se verificar qual o número do processo de importação. Esse número encontra-se no ficheiro mensal de importação que tem de ser preenchido à medida que são contabilizados os documentos. Usa-se o código D8 para contabilização de bens, D9 para imobilizado e D10 para existências.

A contabilização de notas de crédito de fornecedores também tem procedimentos específicos. Depois de verificar todos os procedimentos já anteriormente mencionados, tem que se perceber se a nota de crédito se refere a uma diferença de preço, de quantidade ou devolução.

A conferência e contabilização de documentos, como já foi mencionado anteriormente, são processos importantes no desenvolvimento financeiro da empresa. Para realizar estas tarefas é essencial compreender todos os procedimentos em vigor na empresa para não errar na análise e contabilização do documento. No caso de ser um documento referente a serviços é fundamental ter ainda em atenção a quem se deve pedir autorização para o pagamento. Este procedimento podia ser minimizado desde que o responsável pela

autorização do pagamento o fizesse aquando da prestação de serviços pelo fornecedor. Desta forma evitava-se que o pagamento fosse efetuado fora do prazo, como acontece com alguma frequência.

#### ✓ **Contabilização notas de crédito**

Antes de contabilizar a nota de crédito é necessário averiguar qual o documento que deu origem ao crédito, verificar se o mesmo documento está bloqueado pelo sistema e verificar se o crédito tem as quantidades e o preço corretos.

Se a nota de crédito tiver a mesma data da fatura, e forem lançadas no mesmo mês, não é necessário utilizar um código de IVA regularização. Caso sejam de datas diferentes utiliza-se o código R0 para regularização a favor do estado em existências 20%, R3 para imobilizado a 20% e R6 para outros bens e serviços a 20%.

A empresa após a contabilização da nota de crédito tem de devolver o duplicado da mesma assinado e carimbado, como forma de ter tomado conhecimento da respetiva nota de crédito, (artigo 35º do CIVA).

## **5.2. Atividades Auxiliares**

#### ✓ **Separação Correio**

Esta tarefa foi a primeira a ser desempenhada, o que permitiu uma adaptação progressiva ao ambiente da empresa e o conhecimento de aspetos básicos essenciais para o decorrer do estágio.

A separação de correio consiste na divisão das faturas nacionais das internacionais e por sua vez os duplicados e os recibos.

Desta forma, devem-se colocar as faturas por uma ordem de prioridade: por exemplo as faturas de comunicações que tem um prazo de pagamento limitado devem de ser colocadas de forma a serem prioritárias em detrimento de outras com prazos mais flexíveis.

Esta tarefa permite separar os documentos ajudando desta forma, a criar prioridades na contabilização dos mesmos.

✓ **Elaboração e Contabilização de Documentos Contabilísticos**

Esta tarefa possibilita o conhecimento de documentos de diversas naturezas, relacionados com despesas de viagens dos colaboradores da empresa, recibos verdes, subsídios de estágio, sindicatos e grupo desportivo.

Durante a elaboração desta tarefa procedeu-se à conferência e contabilização dos documentos, pois cada custo referente à despesa teria de ser imputado ao centro de custo responsável pela respetiva despesa, como por exemplo, despesas de viagem.

✓ **Arquivo Documental**

O arquivo documental foi direcionado para as contas a pagar, no qual os fornecedores são separados em nacionais e estrangeiros. Todos os documentos relacionados com estes fornecedores são arquivados na respetiva pasta do fornecedor, estando as pastas organizadas por ordem alfabética. Ainda existem os transitários que são arquivados em pastas de arquivo morto devido ao grande volume que ocupam.

✓ **Análise Cambial**

Uma vez que a empresa trabalha com vários tipos de moeda, sendo as mais frequentes, EUR, USD, GBP e JPY, no início de cada mês elabora-se uma tabela com as cotações de cada moeda referente ao último dia do mês anterior e desta forma obtém-se uma noção dos valores e da variação dessa moeda. Os valores de referência das cotações são obtidos em [www.ecb.int/stats/exchange/eurofxref/html/index.en.html](http://www.ecb.int/stats/exchange/eurofxref/html/index.en.html).

Este procedimento possibilitou um conhecimento mais alargado no que respeita às oscilações da moeda nos mercados estrangeiros.

✓ **Organização de Processos de Formação**

Todos os meses é necessário reunir toda a documentação referente aos custos que se possam imputar à formação referente à candidatura ao Programa Operacional de Potencial Humano (POPH), para depois se proceder ao pedido de reembolso.

Com o objetivo de elaborar o relatório trimestral de pedido de reembolso relacionado com as despesas de formação, construíram-se os processos de formação de suporte a esse relatório.

Cada processo é composto pela fatura, respetivo comprovativo de pagamento e extrato do Oracle com a descrição da fatura, lançamento e pagamento.

Depois de efetuados todos os processos que respeitam ao período em causa, são introduzidos num programa específico do POPH que vai imputar uma percentagem dos valores gastos para cada rubrica que consta no relatório pedido de reembolso, nomeadamente, encargos com formandos, encargos com formadores, encargos com pessoal não docente, preparação, desenvolvimento e acompanhamento das ações, renda, alugueres e amortização, avaliação, aquisição de formação no exterior e aquisição de participações.

Participar na organização do processo de formação permitiu conhecer a complexa e burocrática realidade de um pedido de reembolso perante as autoridades estatais.

#### ✓ **Reconciliação Bancária**

A reconciliação bancária efetua-se mensalmente. Consiste na comparação do extrato do banco com o extrato contabilístico por um responsável que não exerça a função de contabilizar as operações ou a salvaguarda de ativos. O objetivo é a deteção de movimentos em falta na contabilidade, ou já registados na contabilidade e ainda não efetuados no banco.

Uma vez que a reconciliação bancária permite detetar desvios em pagamentos ou recebimentos efetuados pela empresa, constata-se que a conferência bancária é um instrumento indispensável para o controlo financeiro de qualquer empresa.

Segundo Costa e Alves (2005), a reconciliação bancária deve obedecer a uma apresentação formalizada. Este modelo adotado pela empresa consiste em partir do saldo do banco e chegar ao saldo da empresa ou vice-versa.

No anexo 6 encontra-se o modelo de reconciliação bancária utilizado pela empresa.

#### ✓ **Reconciliação de Fornecedores**

No final do exercício económico procede-se à elaboração da reconciliação de alguns fornecedores. Esta tarefa consiste em pedir aos fornecedores o saldo da Kemet Electronics Portugal, S.A. a 31 de março e a posterior conferência com o saldo obtido através do sistema informático, o que permite verificar se existe algum documento em falta na contabilidade.

É uma tarefa importante, uma vez que permite á empresa verificar se há concordância entre os valores que foram registados pela empresa e os valores registados pelos fornecedores e, deste modo detetar a falta de documentos.

✓ **Declaração Mensal do IVA**

Durante o estágio observou-se a elaboração de declarações mensais de IVA. Retiravam-se do sistema os relatórios para efetuar manualmente a declaração, através de balancetes e enviávamos eletronicamente no site [www.e-financas.gov.pt](http://www.e-financas.gov.pt).

✓ **Modelo 30**

É elaborado e preenchido o modelo 30, referente aos rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes.

✓ **SOX**

SOX é um conjunto de regras impostas pela própria empresa para seu controlo em questões de revisão e auditoria de contas. O cumprimento das mesmas é controlado automaticamente pelo sistema (Oracle), com algumas exceções que terão que ser verificadas manualmente, tais como:

- ✓ Acesso ao sistema Oracle é restringido ao login de usuário;
- ✓ O pagamento é verificado (nome do fornecedor, nº fatura, data, quantia, valor) antes de se efetuar o pagamento;
- ✓ Ordens de compra requerem aprovação da quantia e valor;
- ✓ Oracle tem um relatório que exhibe todas as faturas bloqueadas pelo preço e quantidade, essas faturas bloqueadas não saem para pagamento enquanto não forem desbloqueadas pelo departamento das compras;
- ✓ Faturas sem PO (requisição) requerem aprovação apropriada antes de serem pagas pelo respetivo responsável;
- ✓ O armazém tem de contar os bens recebidos e verificar o que tinha sido requisitado pelo departamento das compras;
- ✓ As ordens de compra (requisição) são numeradas pelo Oracle numa numeração consecutiva;
- ✓ Oracle está configurado para não permitir o pagamento de uma fatura a duplicar;
- ✓ Pagamentos são aprovados por duas pessoas;
- ✓ Site da Web do banco exige duas autorizações para aprovar a transferências do pagamento.

Para tentar compreender se o sistema Oracle permitia cumprir integralmente as regras SOX a 100%, a colaboradora do departamento de contabilidade prestou o seguinte esclarecimento, “o sistema Oracle não consegue garantir que as regras impostas pelo SOX sejam cumpridas; o sistema ajuda a cumprir. Por exemplo, ajuda a cumprir no caso em que o Oracle é um sistema que tem diferentes responsabilidades e essas responsabilidades são atribuídas a cada um dos utilizadores, ou seja, temos uma responsabilidade para quem lança documentos, temos outra responsabilidade diferente para quem faz pagamentos e para os outros sub-módulos. Apesar do próprio sistema ter divisão de responsabilidades de acordo com as tarefas de cada utilizador nas pequenas equipas, como o caso da nossa, às vezes é difícil haver totalmente essa divisão e também por razões de polivalência, por isso, muitas vezes temos de ter controlos adicionais manuais para se fazer cumprir as regras SOX. O Oracle consegue controlar, como é o caso dos documentos lançados com quantidades ou preços diferentes à ordem de compra; nesses casos é bloqueado automaticamente, mas nos casos em que não há ordem de compra, nos casos de documentos de serviços, o bloqueio é feito manualmente e temos uma lista de aprovação por pessoa que tem os limites de aprovação dependendo de cada uma das categorias: faturas de portes, comunicações, entre outras. A pessoa que está a lançar o documento tem de pedir à pessoa responsável a respetiva assinatura, pois o sistema não consegue fazer esse controlo.”

#### ✓ **Intrastat**

Todas as pessoas singulares ou coletivas que intervenham numa transação de bens entre os Estados-Membros, que estejam abrangidas pelo código do IVA e que ultrapassem os valores dos limites estatísticos da assimilação, têm de entregar mensalmente o registo dessas transações comerciais no instituto Nacional de Estatística (INE). Os limites estatísticos de assimilação são fixados anualmente pelo INE e são válidos durante todo o ano civil.

Para responder ao Intrastat deverá ser preenchida a Declaração Intrastat, que poderá ser preparada (Formulário N) e enviada em suporte informático. A Declaração deve ser fornecida mensalmente sendo que o responsável pelo fornecimento da informação deve transmitir os dados exigidos no prazo máximo de 10 dias úteis após o fim do período de referência.

O período de referência de recolha de informação é o mês civil no decurso do qual ocorreu a transação intracomunitária, isto é, momento da receção ou saída das mercadorias,

independentemente do momento em que as mesmas são faturadas. Todos os serviços prestados, como por exemplo, deslocações de técnicos não são objeto de declaração.

Sendo a Kemet Electronics Portugal, S.A., uma pessoa coletiva que intervêm na transação de bens entre os Estados-Membros, que se encontra abrangida pelo IVA e que ultrapassada os valores dos limiares estatísticos de assimilação, tem que entregar mensalmente o registo dessas transações comerciais no Instituto Nacional de Estatística ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

Uma vez que o período de referência de recolha de informação é o mês civil no decurso do qual ocorreu a transação intracomunitária, procede-se, todos os meses, à recolha dessa informação e respetivo envio para o INE.

É um processo obrigatório que a empresa tem de cumprir todos os meses. A maior dificuldade é encontrar o código que melhor se adequa a determinada mercadoria e saber o seu peso. Em caso de dúvidas recorre-se ao departamento das compras. O sistema Oracle nesta tarefa também é essencial, pois permite extrair todas as faturas com o código correspondente a transações de bens para verificar que não falta nenhuma informação no ficheiro do Intrastat.

#### ✓ **Especialização de Custos (Cut Off)**

No final de cada mês para se proceder ao fecho é necessário fazer a especialização de custos para que os custos do mês que ainda não foram registados na contabilidade sejam incluídos no mês a que dizem respeito. Em relação a esta tarefa procede-se à recolha de todos os custos que são necessários especializar, construindo um ficheiro com a correspondente classificação contabilística de cada custo para depois se proceder á sua contabilização no sistema.

#### ✓ **Dossier Fiscal**

Durante o estágio realizou-se o acompanhamento e elaboração de alguma documentação fiscal e contabilística relativa ao exercício, procedendo-se à consulta de dossiers fiscais de exercícios anteriores.

Segundo a Portaria n.º 359/2000, de 20 de junho o dossier fiscal deve conter, ata da reunião de aprovação de contas; anexo ao balanço e demonstração de resultados; balancetes sintéticos antes e após o apuramento dos resultados do exercício; contratos ou outros documentos que definem as condições estabelecidas para os pagamentos efetuados a não residentes; documentos comprovativos das retenções efetuadas ao sujeito passivo;

documentos comprovativos dos créditos incobráveis; listagem dos donativos atribuídos nos termos do Estatuto do Mecenato; mapa de modelo oficial das mais-valias e menos-valias fiscais; mapa de modelo oficial relativo aos contratos de locação financeira; mapa de modelo oficial das reintegrações e amortizações contabilísticas; mapa de modelo oficial do movimento das provisões; mapa do apuramento do lucro tributável por regimes de tributação; mapa de ajustamentos de consolidação; relatório e contas anuais de gerência e parecer do conselho fiscal ou do conselho geral e documento de certificação legal de contas e outros documentos mencionados nos Códigos ou legislação complementar.

### **5.3. Análise Crítica**

Com a realização do estágio na empresa Kemet Electronics Portugal, S.A., foi possível desenvolver um vasto conjunto de competências, conseguindo aprofundar outras.

Das competências adquiridas são de destacar:

- ✓ O sentido de responsabilidade e de ética profissional. No mundo profissional ter responsabilidade ética é muito importante. Durante o estágio na Kemet Electronics Portugal, S.A. foi colocada ao dispor toda a informação disponível na empresa, no entanto, umas das recomendações dada foi a necessidade de haver sigilo profissional sobre esta informação.
- ✓ A capacidade de adaptação e utilização de novas tecnologias. O estágio permitiu a experiência de contactar com o sistema Oracle, um sistema de gestão e contabilidade.
- ✓ A autonomia na realização de tarefas. Nem sempre é possível ter uma pessoa para nos auxiliar na realização das tarefas, ser autónoma é outra competência bastante relevante na prática empresarial.
- ✓ A capacidade de adquirir conhecimentos relativos à profissão, no mundo profissional é necessário adquirir informação relevante à função desempenhada de forma rápida e eficaz para que possamos produzir resultados.

Relativamente as competências pessoais, foi possível aprofundar a capacidade de comunicação, a capacidade de adquirir/assimilar rapidamente novos conhecimentos, a facilidade de adaptação a novos ambientes, a capacidade de relacionamento interpessoal, de comunicar facilmente com as pessoas da empresa.

Relativamente às competências profissionais o estágio foi muito gratificante e permitiu adquirir experiência profissional e conhecimentos na área da contabilidade e auditoria. O facto de o estágio ter sido efetuado numa empresa multinacional possibilitou o aprofundamento de matérias contabilísticas, fiscais e de auditoria o que numa pequena empresa não seria possível.

Relativamente aos aspetos que se referem concretamente à empresa promotora do estágio, cabe destacar o seguinte:

- ✓ A empresa devia elaborar um guia de procedimentos com as descrições de funções que se podem desempenhar em cada departamento, de forma, a que o colaborador saiba as funções que vai desempenhar.
- ✓ Devia ainda preparar um manual com os métodos de avaliação para cada função desempenhada em cada departamento da empresa, para que o colaborador saiba em que tarefas será avaliado e os métodos utilizados na avaliação.
- ✓ Quando um colaborador inicia funções na empresa devia de desempenhar várias tarefas, ou seja, devia de executar durante algum tempo a mesma tarefa, mas devia de desenvolver outras para adquirir novos conhecimentos e desenvolver novas aptidões.
- ✓ A Kemet Electronics Portugal, S.A. tem procedimentos de higiene e segurança no trabalho, ou seja, um colaborador quando entra na empresa tem uma ação de formação com os cuidados a ter na empresa. A formação é direcionada para a área da produção, mais especificamente sobre os produtos e símbolos químicos de materiais perigosos utilizados pela mesma. Contudo, todos os colaboradores recebem formação nesse âmbito, para evitar que haja problemas graves por desrespeito de alguma regra de segurança.
- ✓ A empresa utiliza o sistema Oracle, como já foi mencionado anteriormente. Este é um sistema vantajoso, pois é utilizado pela empresa-mãe e pelas restantes empresas do grupo, deste modo, a informação fica organizada de forma a diminuir o trabalho aquando da consolidação de contas e a sua utilização torna-se mais fácil. As desvantagens da sua utilização são, o facto de não haver um manual que ajude os utilizadores a perceber o sistema e as suas funcionalidades, o facto de não se tratar toda a informação e nos finais de mês torna-se complicado compilar toda a informação, pois existe sempre uma

enorme dificuldade, dado que o sistema é utilizado por todas as empresas do grupo e torna-o lento nos dias de fecho.

✓ Especificamente no departamento da contabilidade, onde se realizou o estágio, a utilização de uma variada documentação, nomeadamente documentos estrangeiros ajuda a ter um conhecimento dos vários requisitos existentes para o seu tratamento contabilístico.

✓ No departamento devia de haver um manual com as funcionalidades do sistema de informação contabilístico e com os procedimentos SOX que o departamento tem de respeitar de forma a combater a fraude e garantir a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da empresa.

## **Conclusão**

Com a evolução dos tempos cada vez será mais importante que as empresas utilizem os sistemas de informação como auxílio à gestão e concretização dos objetivos definidos. Os próprios sistemas tenderão a evoluir e moldar-se às mudanças que poderão ocorrer nas empresas em que estão implementados, permitindo assim que estas transmitam uma imagem verdadeira e apropriada do seu progresso. Um dos elementos centrais do presente trabalho é o sistema Oracle, que fornece informação para apoiar o processo de gestão e tomada de decisões da empresa.

O objetivo principal deste estudo assentou precisamente na análise de um conjunto de procedimentos contabilísticos realizados numa empresa multinacional e na análise empírica da aplicação do sistema Oracle. Especificamente, pretendia-se verificar quais as normas utilizadas pelas empresas multinacionais no processo contabilístico, qual o sistema de informação contabilístico utilizado no apoio ao exercício e observar, numa perspetiva crítica, a aplicação do sistema Oracle na empresa promotora do estágio.

Numa fase inicial do estágio foram desenvolvidas atividades auxiliares, tais como a separação do correio e o arquivo documental, que constituíram também uma forma de adaptação à empresa promotora do estágio, ao tipo de documentos que iriam ser tratados, permitiram o contacto com o sistema de informação utilizado pela empresa e o conhecimento das suas funcionalidades, o nível de cumprimentos com as regras SOX, o conhecimento das regras impostas pela empresa e o conhecimento das seguranças do sistema Oracle.

No desenvolvimento da atividade principal do estágio, conferência e contabilização de documentos, o Oracle foi um sistema imprescindível. O sistema permite verificar, contabilizar e bloquear os diversos documentos.

A realização destas atividades foi muito importante, pois permitiu conhecer a realidade de uma empresa multinacional. Foi possível conviver com situações correntes relacionadas com a atividade da empresa, de natureza e complexidade diversificada, muitas das quais próprias de grandes empresas como a Kemet Electronics Portugal, S.A.

Por fim, a realização do estágio e a sistematização das tarefas realizadas, permitiram identificar oportunidades de melhoria (recomendações), que constam igualmente no relatório elaborado, como sejam:

- ✓ Elaboração de guia de procedimentos;
- ✓ Manual de métodos de avaliação para cada função; e
- ✓ Novo colaborador deveria de executar várias tarefas.

A empresa Kemet Electronics Portugal, S.A. é uma empresa exigente e dinâmica, havendo uma constante necessidade e um grande esforço por parte de todos os seus colaboradores em estarem constantemente informados, de modo a estarem aptos a resolver todas as situações com que a empresa se depara no seu dia a dia.

## Referências Bibliográficas

Alves, Maria do Céu. (2004). *Relevância da informação contabilística – Abordagem teórica e estudo empírico*. Universidade da Beira Interior.

Amaral, Catarina. (2001). *Processo de harmonização contabilística internacional: tendências actuais*. Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social – Pólo de Viseu do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa.

Amaral, Luís e Varajão, João. (2000). *Planeamento de Sistema de Informação*. Lisboa: Editora de Informática. 2.<sup>a</sup> Edição.

Araújo, Cidália. (2008). *Estudo Caso*. Tese Mestrado, Universidade do Minho.

Bogdan, Robert e Biklen, Sari. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.

Bell, Judith. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.

Borges, António, Rodrigues, Azevedo e Rodrigues, Rogério. (2010). *Elementos Contabilidade Geral*. Lisboa: Áreas Editora. 25.<sup>a</sup> Edição.

Borges, António, Rodrigues, José e Rodrigues, Rogério. (2007). *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Lisboa: Áreas Editora. 2.<sup>a</sup> Edição.

Bresser-Pereira, Luiz. (1978). *Empresas Multinacionais e Interesses de Classe*. N.º 4, pp. 11-27

Carvalho, João. (1996). *Desenvolvimento de Sistemas de Informação: Da Construção de Sistemas Informáticos à Reengenharia Organizacional*. Tese Doutoramento. Universidade Minho.

Costa, Carlos e Alves, Gabriel. (2005). *Contabilidade Financeira*. Lisboa: Publisher Team. 5.<sup>a</sup> Edição.

Cunha, Vitor. (2009). *A Harmonização Contabilística Internacional*. Disponível em <http://www.vcsc.pt/Newscenter/pesquisa/83.pdf>. (acedido em 24-01-2011).

Ernst & Young LLP. (2005) *IFRS<sup>tm</sup> / US GAAP Comparison*. UK: IASCF Publications Department. 3.<sup>a</sup> Edition.

Feitosa, Agricioneide. (2001). *A Globalização da economia e a necessidade de harmonização contabil*. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Frezatti, Fábio; Aguiar, Andson e Guerreiro, Reinaldo. (2007). Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. *Revista Contabilidade & Finanças*. Vol.18, N.º 44, pp.9-22.

Garcia, José e López, Isidro. (1998). *Los Sistemas de Información en la Empresa*, VIII Encontro AECA (Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas).

Gil, António. (1989). *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas. São Paulo. 2.ª Edição.

Gonçalves, Cristina. (2009). *SOX – Sarbanes Oxley Act – O desenvolvimento e impacto nas organizações*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas.

Guerreiro, Marta. (2008) *A harmonização Internacional – Tendencias Internacionais*. *Revisores & Auditores*. N.º 43, pp. 46-53.

Hall, James. (2008). *Accounting information System*. USA: South-Western Cengage Learning. 6.ª Edição.

Iudícibus, Sérgio. (1997). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Lemes, Sirlei e Carvalho, Luiz. (2009). *Comparabilidade entre os resultados em BR GAAP e US GAAP: evidencias das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas*. *Revista Contabilidade & Finanças*. Vol. 20, N.º 50, pp. 25-45.

Lemos, Eduardo (2006). *Diferenças conceptuais entre a normativa contabilística internacional e a portuguesa*. Tese de Mestrado. Porto.

Lessard-Héber, Michelle; Goyeite Gabriel e Boutin, Gerald. (2010). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget. 4.ª Edição

Lima, Arievaldo. (2006). *Matriz e Filial*. Grupo Empresarial Universidade Virtual. Disponível em [http://www.grupoempresarial.adm.br/download/uploads/Matriz%20e%20Filial%20%20consideracoes\\_M4\\_AR.pdf](http://www.grupoempresarial.adm.br/download/uploads/Matriz%20e%20Filial%20%20consideracoes_M4_AR.pdf). (acedido em 24-03-2011).

Lopes Filomena, Morais, Maria Paula e Carvalho, Armando. (2005). *Desenvolvimento de Sistemas de Informação – Métodos e Técnicas*. Lisboa: Editora de Informática. 2.ª Edição Atualizada.

Lopes, Maria Joana. (1997). *Sistema de Informação para a Gestão – Conceito e Evolução*. Lisboa: universidade Aberta

Lunt, Henry. (2006). *Fundamentals of Financial Accounting*. USA: Elsevier.

McCrary, Stuart. (2010). *Mastering Financial Accounting Essentials*. New Jersey: John Wiley & Sons.

Monteiro, Martim. (2004). *Pequena história da contabilidade*. Póvoa de Santo Adrião: Europress. 2.<sup>a</sup> Edição Revista.

Mota, Francisco. (2008). *Sistemas de Informação Contábeis*. Disponível em <http://www.financaspublicas.com.br>. (acedido em 15-10-2010).

O'Connor, A. (1993). *Successful strategic information systems planning*. Journal of Information Systems. Vol. 3, N.º 2, pp. 71-83.

Padoveze, Clóvis. (1998). *Sistemas de Informação Contábeis, Fundamentos e Análise*. São Paulo: Editora Atlas.

Pereira, Maria do Carmo. (2009). *O impacto das normas internacionais na fiscalidade*. Disponível em [www.jmmsroc.pt/downloads/10anos/09.pdf](http://www.jmmsroc.pt/downloads/10anos/09.pdf). (acedido em 20-05-2011).

Popper, Karl. (2008). *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix. 16.<sup>a</sup> Edição.

Primak, Fábio. (2009). *Infortabilidade – A Contabilidade na Era da Informática*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna.

O'Brien, James. (2001). *Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet*. São Paulo: Editora Saraiva.

Rodrigues, João. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto: Porto Editora. 1.<sup>a</sup> Edição.

Rodrigues, Lúcia e Pereira, Ana. (2004). *Manual de Contabilidade Internacional. A diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional*. Lisboa: Publisher Team.

Rodrigues, Lúcia e Guerreiro, Marta. (2004). *A Convergência de Portugal com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Lisboa: Publisher Team.

Sá, Antônio. (2009). *Tecnologia Contábil Contemporânea – A Contabilidade Pós-Moderna*. Curitiba: Juruá Editora.

Staunton, John. (2008). *Multiple Dimension of Accounting in the Development of GAAP*. Journal Accounting Foundation. Vol. 44, N.º 1, pp. 109-135.

Stice, Earl; Stice, James e Diamond Michael. (2001). *Financial Accounting – Reporting and Analysis*. South-Western College Pub. 6.<sup>a</sup> Edição.

**Legislação:**

Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Código das Sociedades Comerciais, 2010, 8ª Edição. Almedina.

Decreto-Lei nº 145/2006, de 31 de Julho de 2006.

IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas.

Portaria nº 359/2000, 20 Junho de 2000.

# Apêndice



## Guião da Entrevista

Esta entrevista tem como objetivo investigar as razões da utilização do sistema Oracle na empresa Kemet Electronics Portugal, S.A.

A entrevista foi realizada no dia 16 de fevereiro de 2012 e teve a duração de 1 hora e 29 minutos.

### Identificação do entrevistado

**Departamento:** Contabilidade

**Função:** Assistente Administrativa

**Duração:** 46 min

- Como é que o Sistema – Oracle contribui para a harmonização contabilística, considerando que a Kemet Electronics Portugal, S.A. é uma empresa multinacional?
- De que forma a utilização do sistema Oracle facilita a conferência e contabilização dos documentos contabilísticos?
- O sistema Oracle permite que as regras impostas pelo SOX sejam cumpridas totalmente?
- Em sua opinião, a relação custo-benefício associada à implementação do sistema é positiva? Porquê?

- Quais são as principais vantagens e os principais inconvenientes que aponta ao sistema Oracle?
- Acha importante ter formação sobre a forma de utilização do sistema Oracle quando se entra para este departamento?

### **Identificação do entrevistado**

**Departamento:** Controlo

**Função:** Responsável pelo controlo de Gestão

**Duração:** 15 min

- Quais os benefícios gerados pela utilização do sistema Oracle e os custos inerentes à sua implementação, incluindo aquisição de licenças e desenvolvimento do mesmo?
- De que forma, o sistema Oracle ajuda o departamento do controlo no apuramento dos custos gastos pela empresa?

### **Identificação do entrevistado**

**Departamento:** Informática

**Função:** Responsável da informática a nível Europeu

**Duração:** 28 min

- Quais as razões para a empresa adotar o Sistema Oracle?
- As vantagens e desvantagens identificadas na aplicação deste sistema por comparação com o sistema (ou a situação) anterior?
- Em sua opinião, a relação custo-benefício associada à implementação do sistema é positiva? Porquê?

# Anexo



**Anexo 2 – Calendário Fiscal**

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>Declarações</b>												
<b>Declaração Mensal de IVA (do segundo mês anterior)</b>	10 Janeiro	10 Fevereiro	10 Março	10 Abril	10 Maio	10 Junho	10 Julho	10 Agosto	10 Setembro	10 Outubro	10 Novembro	10 Dezembro
<b>Declarações Mensais de Retenções na Fonte e Imposto Selo (do mês anterior)</b>	20 Janeiro	20 Fevereiro	20 Março	20 Abril	20 Maio	20 Junho	20 Julho	20 Agosto	20 Setembro	20 Outubro	20 Novembro	20 Dezembro
<b>Envio de comunicações dos Rendimentos de IRS/IRC (Recibos Verdes e Prediais)</b>	20 Janeiro											
<b>Modelo 10 (Rendimentos e Retenções na fonte de IRS do ano anterior)</b>		28 Fevereiro										
<b>Modelo 30 (Rendimentos pagos a não residentes do ano anterior)</b>							31 Julho					
<b>Modelo 22 (IRC)</b>								31 Agosto				
<b>IES e Anexos</b>									30 Setembro			

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b><u>Pagamentos</u></b>												
<b>Pagamento do IVA (do segundo mês anterior)</b>	10 Janeiro	10 Fevereiro	10 Março	10 Abril	10 Maio	10 Junho	10 Julho	10 Agosto	10 Setembro	10 Outubro	10 Novembro	10 Dezembro
<b>Pagamento da Segurança Social (do mês anterior)</b>	15 Janeiro	15 Fevereiro	15 Março	15 Abril	15 Maio	15 Junho	15 Julho	15 Agosto	15 Setembro	15 Outubro	15 Novembro	15 Dezembro
<b>Pagamento das Retenções na fonte e Imposto selo (do mês anterior)</b>	20 Janeiro	20 Fevereiro	20 Março	20 Abril	20 Maio	20 Junho	20 Julho	20 Agosto	20 Setembro	20 Outubro	20 Novembro	20 Dezembro
<b>Pagamento Especial por Conta</b>	31 Janeiro					30 Junho						
<b>Pagamento por Conta</b>			31 Março							31 Outubro		31 Dezembro

**Anexo 3 – Lista dos responsáveis para autorizarem os pagamentos**

Name	Position	Substitute when the person is unavailable	Special Approval Limits												
			(Expense)	(Month)	(Month)	(Month)	(Invoice)	(Invoice)	(Invoice)	Freights (Invoice)		Bank Expenses (Bank Charge)		Insurance (Invoice)	
			General Expense	Electricity	Water	Gas	Communications Telephones	Long Rental Car	Temporary Employees	Export/Import Legal Costs plus VAT(1)	Freight	Warranties	Other Expenses	Local	Corporate
	MNO2 - SMO - BU Director		25K	350K	50K	100K	10K	50K	200K	300K	200K	12K	6K	120K	300K (2)
	General Director Evora Plant		12K	300K	30K	70K	8K	30K	150K	200K	100K	6K	3K	100K	250K
	Regional Controller EMEA	A supervisor at a level above the listed person.	12K				6K			200K	100K	6K	3K		
	Manufacturing	A supervisor at a level above the listed person.	5K												
	Process Engineering	A supervisor at a level above the listed person.	5K												
	Equipment Engineering	A supervisor at a level above the listed person.	5K												
	Production Control	A supervisor at a level above the listed person.	0.5K							100K	50K				
	Development MNO2	A supervisor at a level above the listed person.	1.5K												
	Development KO	A supervisor at a level above the listed person.	1.5K												
	Purchasing & Material Control	A supervisor at a level above the listed person.	0.5K					25K		100K	50K				
	Quality Manager	A supervisor at a level above the listed person.	0.5K												
	Technical Services/Environmental	A supervisor at a level above the listed person.	5K	285K	25K	57K									
	Human Resources	A supervisor at a level above the listed person.	1K						100K					60K	
	Finance	A supervisor at a level above the listed person.	5K									3K	1.5K		200K (2)
	IT	A supervisor at a level above the listed person.	0.5K				3K								

**Anexo 4 – COA**

Natural	Não utilize	Description	POC	M	C	Descrição	Comentarios	Data de inclusão	Categories
<b>DISPONIBILIDADES</b>									
11050		Cash on Hand	111000	x	x	Caixa Évora			Asset
12010		KEP Banco Portugues do Atlantic	124000	x	x	Banco Português do Atlântico			Asset
12012		KEP BPA (Conta 018316854)	124010	x	x	Banco Português do Atlântico			Asset
12000		Evora Cash	125000	x	x	Deutsche Bank - Lisboa			Asset
12001		KEP Deutsche Bank USD	125010	x	x	Deutsche Bank Lisboa - Cheques			Asset
12025		KEP Deutsche Bank Euro	125011	x	x	Deutsche Bank Lisboa Rec		06-03-2007	Asset
<b>CLIENTES</b>									
34001		Trade Receivables - EPCOS	211110	x	x	Clientes - Terceiros Nacionais			Asset
32000		Trade Receivables - Domestic	211110	x	x	Clientes - Terceiros Nacionais		05-12-2008	Asset
34020		Trade Receivables - Europe	211120	x	x	Clientes - Terceiros estrangeiros			Asset
32025		A/R Unapplied	211121	x	x	Clientes - Unapplied	Deve estar saldada	06-03-2007	Asset
55300		Intercompany - KEC	211220	x	x	Conta corrente - KEMET		19-04-2007	Asset
55575		Intercompany - KEC AR Trade	211200	x	x	Clientes associados - Kemet			Asset
55576		Intercompany - KEC AR Non Trade	211210	x	x	Clientes associados - Kemet non trade			Asset
<b>FORNECEDORES</b>									
200051		AP KEC for Consignment Stock	221110	x	x	Fornecedores Terceiros Estrangeiros			Liability
200050		A/P Trade - Subs	221120	x	x	Fornecedores			Liability
48		A/P Invoice Mapping	221190	x	x	Fornecedores (Dummy)	Not used		Liability
200052		Trade A/P - Affiliates	221200	x	x	Fornecedores Associadas Estr.			Liability
201000		A/P Accrued - Gvl	228100	x	x	Conta Trans. - Fact Recep./Mercad em tr			Liability
201003		A/P Accrued - Evora Consignment	228200	x	x	Conta Trans. - Fact Recep./Mercad em tr			Liability
201200		A/P Accrued - Bvl	228300	x	x	Conta Trans. - Fact Recep./Mercad em tr			Liability
201251		A/P Accrued - Evora clearing	228400	x	x	Conta Trans. - Fact Recep./Mercad em tr			Liability
201002		A/P Accrued - KESC	228500	x	x	Conta Trans. - Fact Recep./Mercad em tr			Liability
42880		Other Receivables (880's)	228600	x	x	Outros Recebimentos diversos - (880)	704002		Liability
			228610	x	x	Outros Recebimentos diversos - Projectos		05-06-2007	Liability
130001		Prepaid - Mex/US	229100	x	x	Custos Diferidos			Liability
130002		Prepaid Sub-Ledger	229200	x	x	Custos Diferidos			Liability
<b>EMPRESTIMOS OBTIDOS</b>									
205000		Short-term Debt	239500	x	x	Subsídio Reembolsável PEDIP II			Liability
280501		KEP Reimbursable Subvention PED	239500	x	x	Subsídio Reembolsável PEDIP II			Liability
<b>ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS</b>									
137000		Income Tax Receivable	241200	x	x	IRC Pagamento por Conta			Liability
220000		Accrued Federal & State Income	241210	x	x	IRC - Pagamentos por conta / retenção			Liability
220007		Accrued Income Tax Current Year	241220	x	x	Imposto sobre o rendimento			Liability
220006		Withholding Tax Salaries	242000	x	x	IRS retido fonte s/ rend. trab. depende			Liability
210500		Hrly. FIT/FICA	242000	x	x	IRS retido fonte s/ rend. trab. depende		05-08-2008	Liability
220302		Withholding	242200	x	x	Ret. Imp. Fonte s/ rend. T. Indep - Cat			Liability
210501		Hrly. State Inc. Tax	242200	x	x	Ret. Imp. Fonte s/ rend. T. Indep - Cat		05-08-2008	Liability
220303		Withholding tax buildings rent	242400	x	x	Ret. Imp. Fonte s/ rend Prediais		03-10-2007	Liability
220305		Income Tax Withholding - Cat 1	242900	x	x	Ret. Imp. Fonte s/ o. rendim. - Categ. I (IRS/IRC)	Não utilizar apos 08/05/08		Liability
211502		Sal. State Inc. Tax	242900	x	x	Ret. Imp. Fonte s/ o. rendim. - Categ. I (IRS/IRC)		05-08-2008	Liability

Natural	Não Utiliza	Description	POC	M	C	Descrição	Comentarios	Data de inclusão	Categories
42242		VAT Deductible Stock 21%	243211	x	x	IVA Dedutível Existências 21%			Asset
42251		VAT EU Stocks 21%	243212	x	x	IVA Dedutível RITI / existências 21%			Asset
42241		VAT Deductible 17%	243213	x	x	IVA Dedutível Existências 5%		26-07-2007	Asset
42244		VAT Deductible Fixed Assets 21%	243221	x	x	IVA Dedutível Imobilizado 21%			Asset
42252		VAT EU - Fixed Assets - Goods 2	243222	x	x	IVA Dedutível RITI / imobilizado 21%			Asset
42246		VAT Deductible Other Goods and	243231	x	x	IVA Dedutível Outros bens e Serviços 5%			Asset
42454		VAT EU - Other Goods and Servic	243232	x	x	IVA Dedutível RITI / outros bens e serviços 05%			Asset
42247		VAT Deductible Other Goods and	243233	x	x	IVA Dedutível Outros bens e Serviços 12%		06-03-2007	Asset
42245		VAT Deductible Other Goods and	243235	x	x	IVA Dedutível Outros bens e Serviços 21%			Asset
42253		VAT EU - Other Goods and Servic	243236	x	x	IVA Dedutível RITI / outros bens e serviços 21%			Asset
202013		Vat - Accounts Rec	243311	x	x	IVA Liquidado			Liability
202052		VAT Offset	243312	x	x	IVA Liquidado - RITI			Liability
202057		VAT OFFSET Services	243313	x	x	IVA Liquidado - RITI Serviços		09-07-2007	Liability
202058		VAT OFFSET Portugal	243314	x	x	IVA Liquidado RC Portugal		09-07-2007	Liability
202051		VAT Company Consumption - 17%	243315	x	x	IVA Liquidado Op Gerais 5%		12-09-2007	Liability
202050		VAT General Operations - 12%	243316	x	x	IVA Liquidado Op Gerais 12%		12-09-2007	Liability
42248		VAT Regularisation in Fav	243411	x	x	IVA Regularizações mensais a favor da empresa			Asset
202053		VAT Regularisation in Favor of	243421	x	x	IVA reg. Men. a favor do estado			Liability
202054		VAT Computation	243500	x	x	IVA apuramento			Liability
202055		VAT To Be Paid	243600	x	x	IVA a pagar valores apurados			Liability
42240		VAT Input Tax	243700	x	x	IVA a recuperar			Asset
42250		VAT Input Claimed	243800	x	x	IVA Reembolsos Pedidos		06-03-2007	Asset
220301		Stamp Tax to Pay	244100	x	x	Restantes impostos - imposto Selo			Liability
230201		FICA	245100	x	x	Fundo Seg. Social s/ rem. pagas			Liability
<b>ACCIOMISTAS</b>									
280000		Long-term Debt - Term Loan	252100	x	x	Dividas à KEC			Liability
55006		I. Co. L/T Loan - KEP (Permanent)	252100	x	x	Dividas à KEC		23-06-2008	Asset (KEP Liability)
55006		I. Co. L/T Loan - KEP	252100	x	x	Dividas à KEC		23-06-2008	Asset (KEP Liability)
<b>OUTROS DEVEDORES E CREDORES</b>									
230000		Accrued Wages	262210	x	x	Remun. Ilíquidas ao pessoal			Liability
42092		KEP - Purchase Loans - Salaried	262430	x	x	Empréstimo p/Habitação até 5 anos			Asset
42091		KEP - 1-3 Yr Loans - Salaried	262450	x	x	Outros Empréstimos até 5 anos			Asset
230200		Accrued Employee Plans Expense	262920	x	x	Outras despesas a pagar a colaboradores			Liability
200053		A/P Other Trade - Employee	262930	x	x	Despesas a Pagar a Colaboradores		29-05-2007	Liability
42090		Fixed Advance Employees	262940	x	x	Adiant.p/despesas de viagem em serviço			Asset
42050		Non-trade Receivable - Subs	268470	x	x	Outros Recebimentos diversos - corrente			Asset
42101		Employee	268470	x	x	Outros Recebimentos diversos - corrente			Asset
42213		Vat To Recover On Other Standard Rate	268480	x	x	Deved. Diversos IVA Estrangeiro		04-01-2008	Asset
42080		Special Cash Advances	268500	x	x	Deved.Diversos (redeb)			Asset
130885		Special Orders	268600	x	x	Devedores Diversos Projectos		05-06-2007	Asset
230252		Other Staff Expenses Accruals	268810	x	x	Outros credores diversos			Liability
<b>ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS</b>									
42500		Accrued Interest Rec - KC	271100	X	X	Juros a receber		04-04-2007	Asset

Natural	Mo Utiliza	Description	POC	M	C	Descrição	Comentarios	Data de inclusão	Categories
93792		WIP - Non-LIFO Obsolescence Res	393110	x	x	Provisoes Produto Acabado	650000		Asset
136005		Inventory Fiscal Reserves	393120	x	x	Provisoes Reavaliacao	660001	04-05-2007	Asset
93791		WIP - Obsolescence Reserve	395200	x	x	Provisoes Produto semi Acabado	650000		Asset
91741		KEP - Technical Risks	396100	x	x	Provisoes Materia Prima	650000		Asset
91740		Tool Crb Obsolescence	396300	x	x	Provisoes Tool Crb		04-09-2007	Asset
91742		KEP - Depreciation Discounts	396500	x	x	Provisoes Materia Prima LCM	650000		Asset
<b>IMOBILIZAÇÕES</b>									
152405		F/A - Buildings 4120 (Portugal	421010	x	x	Terrenos			Asset
152403		F/A - Buildings 4320 (Portugal	422010	x	x	Edificios Industriais			Asset
152404		F/A - Buildings 4340 (Portugal	422030	x	x	Outras construções ligeiras			Asset
152200		F/A - Land Improvements	422040	x	x	Instalações externas - parque automóvel			Asset
152602		F/A - Machinery & Equipment 530	422060	x	x	Instalações de abastecimento			Asset
152601		F/A - Machinery & Equipment 510	423110	x	x	Máquinas industriais			Asset
152605		F/A - Machinery & Equipment 580	423220	x	x	Instalações técnicas - outras máquinas			Asset
152604		F/A - Machinery & Equipment 540	424100	x	x	Meios de transporte internos			Asset
152802		F/A - Trans Equip 6110 (Portuga	424200	x	x	Veiculos ligeiros			Asset
152703		F/A - Furniture & Fixtures 6500	425100	x	x	Equipamentos de ensaios normais			Asset
152705		F/A - Furniture & Fixtures 6600	425400	x	x	Equipamento e ferramentas de ensaio esp			Asset
152701		F/A - Furniture & Fixtures 6200	426110	x	x	Instalações para comunicação			Asset
152707		F/A - Furniture & Fixtures 6800	426120	x	x	Equipamentos administrativos			Asset
152702		F/A - Furniture & Fixtures 6320	426130	x	x	Instalações para comunicação			Asset
152708		F/A - Furniture & Fixtures 6900	429000	x	x	Elem.preço unitário inferior 40.000\$ (a			Asset
175300		Patents & Technology	431000	x	x	Despesas de instalação			Asset
150000		F/A - CIP	441000	x	x	Outro imobilizado em construção			Asset
162403		F/A - Accum. Depr. - Buildings	482210	x	x	Reinteg. edificios outras const.-edif.			Asset
162404		F/A - Accum. Depr. - Buildings	482230	x	x	Reint. edificios out. const.- out. cons			Asset
162200		F/A - Accum. Depr. - Land Impro	482240	x	x	Reint. edificios outras const.- instal.			Asset
162602		F/A - Accum. Depr. - Machinery	482260	x	x	Reintegrações para instalações de abast			Asset
162601		F/A - Accum. Depr. - Machinery	482310	x	x	Reintegrações para máquinas industriais			Asset
162605		F/A - Accum. Depr. - Machinery	482320	x	x	Reintegrações para outras instalações i			Asset
162604		F/A - Accum. Depr. - Machinery	482410	x	x	Reintegrações para meios de transporte			Asset
162802		F/A - Accum. Depr. - Trans Equi	482420	x	x	Reintegrações para veiculos			Asset
162703		F/A - Accum. Depr. - Furniture	482510	x	x	Reintegrações para equipamento de ensai			Asset
162705		F/A - Accum. Depr. - Furniture	482520	x	x	Reintegrações para equipamento de ensai			Asset
162701		F/A - Accum. Depr. - Furniture	482611	x	x	Reint. p/ equip. procem. dados - comput			Asset
162707		F/A - Accum. Depr. - Furniture	482612	x	x	Reintegrações para equipamento administ			Asset
162702		F/A - Accum. Depr. - Furniture	482613	x	x	Reint. p/ equip. procem. dados - comput			Asset
162708		F/A - Accum. Depr. - Furniture	482900	x	x	Reint. p/ elementos preço unit.inf. 40.			Asset
175301		Accum. Amort. Patents & Technol	483100	x	x	Amortizações para despesas de instalaçã			Asset
<b>CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS</b>									
400000		Common Stock	511000	x	x	Capital Social			Ownership/Stockholder's Equity
404200		Translation Gain/Loss	553100	x	x	Outras Variações		04-04-2007	Ownership/Stockholder's Equity
404109		Statutory Reserves	571000	x	x	Reservas legais			Ownership/Stockholder's Equity

Natural	Não utilizar	Description	POC	M	C	Descrição	Comentarios	Data de inclusão	Categories
404108		Legal Reserves	574100	x	x	Reservas livres			Ownership/Stockholder's Equity
404000		Retained Earnings: April 1	590000	x	x	Resultados transitados			Ownership/Stockholder's Equity
<b>CMVMC</b>									
701100		DRMATERIAL - 701100	616100	x	x	Consumos de Material directo			Expense
620100		Purchase Price Variance	616110	x	x	Purchase Price Variance			Expense
700209		MANUFACT - Indirect Materials -	616200	x	x	Consumos de Materias subsidiarias			Expense
700131		MANUFACT - Indirect Material -	616210	x	x	Consumos de Materias subsidiarias			Expense
660002		Revaluation - Materials	616290	x	x	Revaluation - Materials			Expense
700217		MANUFACT - Production Tooling -	616300	x	x	Consumos de Materias diversas			Expense
704002		PRC- Expense	616900	x	x	Realocação de custos 880's	42880		Expense
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>									
700283		UTILITIES - Electricity - Varia	622110	x	x	Despesas com energia eléctrica			Expense
700275		UTILITIES - Electricity - Fixed	622111	x	x	Despesas com Electricidade			Expense
700611		TRAVEL - Petrol Allowed	622120	x	x	Outras despesas com combustivel			Expense
700119		DISTRIBUTION - Gas Vehicles	622121	x	x	Despesas com Gas			Expense
700276		UTILITIES - Fuel Oil - Fixed	622122	x	x	Despesas Combustivel empilhador		31-07-2007	Expense
700285		UTILITIES - Water - Variable	622130	x	x	Despesas com água			Expense
700281		UTILITIES - Water - Fixed	622131	x	x	Despesas com Agua			Expense
700284		UTILITIES - Natural Gas - Varia	622141	x	x	Despesas com gás e ar comprimido			Expense
700278		UTILITIES - Natural Gas - Fixed	622142	x	x	Despesas com gás, fuel - fixo	Mudar Wording Desp Gaz		Expense
700136		OFFICE - Office Supplies	622170	x	x	Artigos de escritório/diversos/papel			Expense
700105	x	OFFICE - Computers - Paper	622170	x	x	Artigos de escritório/diversos/papel	Não utilizar	05-08-2008	Expense
700104	x	OFFICE - Computers & Supplies	622170	x	x	Artigos de escritório/diversos/papel	Não utilizar	05-08-2008	Expense
700124		CORPFEEES - Leased Auto - Fixed	622192	x	x	Desp. c/ aluguer longa duração - veic.			Expense
700135		OFFICE - Office Rent	622194	x	x	Desp. c/ alugueres de imóveis			Expense
700133	x	OFFICE - Office Equipment Rental	622195	x	x	Des c/ alugueres de equipamento	Não utilizar	06-03-2008	Expense
700626		TRAVEL - Entertaining & Gifts T	622210	x	x	Despesas de representação			Expense
700620	x	TRAVEL - Sundry	622210	x	x	Despesas de representação	Não utilizar	31-07-2007	Expense
700029		OFFICE - Communications (Telep	622220	x	x	Desp. correio tel. telex teleg.			Expense
700623		CORPFEEES - Office Phones	622220	x	x	Desp. correio tel. telex teleg.		04-05-2007	Expense
700629		TRAVEL - Insurance Company Cars	622232	x	x	Seguros Veiculos			Expense
700609		TRAVEL - Leased Vehicle Maintenance	622327	X	X	Manutecao de Carros		04-04-2007	Expense
700122		DISTRIBUTION - Insurance and Bo	622233	x	x	Seguros			Expense
700118		DiSTRIBUTION - Freight - Outgoi	622251	x	x	Desp. c/ transp. merc. Saídas			Expense
700116		DiSTRIBUTION - Freight	622254	x	x	Desp. c/ transp. merc.		05-12-2007	Expense
700117		DiSTRIBUTION - Freight - Incomi	622252	x	x	Desp. c/ transp. merc. entradas			Expense
700056		DiSTRIBUTION - Import Duty	622253	x	x	Desp. merc. entr. - desp. Alfandeg. Imp			Expense
700051		DiSTRIBUTION - Customs Clearanc	622255	x	x	Desp. merc. saídas - desp. Alfandeg. Ex			Expense
700215		DiSTRIBUTION - Packaging	622256	x	x	Desp. c/ transp. merc. Packing		03-10-2007	Expense
700601		TRAVEL - Hotel	622270	x	x	Despesas de viagem			Expense
700607		TRAVEL - Air Fares	622271	x	x	Despesas de viagem (bilhetes de avião)			Expense
700610		TRAVEL - Car Rental Tax Dissall	622272	x	x	Aluguer de carros - terceiros			Expense
700600		TRAVEL - Transportation Cost	622273	X	X	Estacionamento e Portagens		04-04-2007	Expense

Natural	Não Utiliza	Description	POC	M	C	Descrição	Comentarios	Data de inclusão	Categories
700139		CORPFEEES - Professional Fees -	622290	x	x	Desp.c/ honorários, prof. liberais, aud			Expense
700150		OFFICE - Dues & Subscriptions	622310	x	x	Contencioso e Notariado			Expense
757000		CORPFEEES - Legal & Audit Expens	622310	x	x	Contencioso e Notariado	Closed in 05-05-2007		Expense
757000		CORPFEEES - Legal & Audit Expens	622291	x	x	Despesas com Auditoria e Legal		04-05-2007	Expense
700156		Tool Crib - Distribution	622321	x	x	Conservação e reparação			Expense
700025		RELOC - Relocation Expenses	622322	x	x	Desp. c/ mudanças de secções			Expense
700240		MANUFACT - Max Tool Crib Items	622323	x	x	Conservação e reparação			Expense
700250		REPAIRS - Preventative Maintena	622324	x	x	Conservação e reparação			Expense
700255	x	REPAIRS -R&M - Computers - Fixed	622324	x	x	Conservação e reparação	Não utilizar	05-08-2008	Expense
700241	x	MANUFACT - DI Water System Mate	622324	x	x	Conservação e reparação	Não utilizar	06-02-2008	Expense
700350	x	RD - Equipment Development Material	622324	x	x	Conservação e reparação	Não utilizar	05-08-2008	Expense
700259	x	REPAIRS -R&M - Equipment - Vari	622324	x	x	Conservação e reparação	Não utilizar		Expense
700251		REPAIRS -Repairs - Other - Vari	622325	x	x	Conservação e reparação			Expense
700249		REPAIRS - R&M Calibration - Var	622326	x	x	Conservação e reparação Calibrações		06-03-2007	Expense
700205		MANUFACT - Clean Room Supplies - Variable	622328	x	x	Conservação e reparação		05-12-2007	Expense
700100		CORPFEEES - Announcements - Fixe	622334	x	x	Publicidade e propaganda			Expense
700273		OFFICE - Office Cleaning & Waste	622340	x	x	Limpeza, higiene e conforto			Expense
700280		UTILITIES - Sewer - Fixed	622341	x	x	Limpeza, higiene e conforto		04-01-2008	Expense
700279		UTILITIES - Security - Fixed	622350	x	x	Vigilância e segurança			Expense
700120		SAFETY - Glasses, Clothing-Safe	622351	x	x	Vigilância e Segurança			Expense
700026		RELOC - New Hire Expenses	622360	x	x	Custos recrutamento selecção pessoal			Expense
700144		OFFICE - Software	622361	x	x	Desp. normais c/ proc. dados			Expense
700274		CORPFEEES - Service Charges - Fi	622363	x	x	Desp.c/ outros serviços especializados			Expense
700126		CORPFEEES - Legal Fees - Fixed	622364	x	x	Desp.c/ outros serviços especializados		06-03-2007	Expense
700216		MANUFACT - Process Materials -	622911	x	x	Material auxiliar para fabricação			Expense
700207		DISTRIBUTION - Finished Goods P	622930	x	x	Despesas com embalagens para saídas			Expense
700106		TRAINING - Conferences & Semina	622950	x	x	Desp. c/ pessoal alheio e estagiários			Expense
700219		SAFETY - Safety, Environ Materi	622980	x	x	Tratamento Resíduos			Expense
703024		HRLABOR - Temporary Labor - Fixed	622983	x	x	Outros Fomecimentos e Serviços	Trabalho Temporario	03-09-2008	Expense
703064		HRLABOR - Union Housing	622983	x	x	Outros Fomecimentos e Serviços	Trabalho Temporario	04-02-2010	Expense
703124		ANU - Direct Labor Operations	622981	x	x	Outros serviços e fomecimentos terceir	Trabalho Temporario		Expense
700377		OFFICE - EMEA CO-OP	622981	x	x	Outros serviços e fomecimentos terceir		04-07-2007	Expense
700214	x	RD - New Installation Expenses	622996	x	x	RD - Requisition Default Acct	Tem que ter saldo Zero	04-05-2007	Expense
700243	x	MANUFACT - Process Materials - Other - Variable	622996	x	x	RD - Requisition Default Acct	Tem que ter saldo Zero	04-05-2007	Expense
700399	x	RD - Requisition Default Acct	622996	x	x	RD - Requisition Default Acct	Tem que ter saldo Zero	06-03-2007	Expense
705100		ANU - Distribution Exp - Export	622997	x	x	Realocação de custos	705100		Expense
704010		ALLOC - Allocated Expense	622998	x	x	Realocação de custos POE	640000/130885		Expense
704014		ALLOC - Allocated Procurement	622998	x	x	Realocação de custos POE			Expense
670000		Restructuring Costs	622982	x	x	Custos comuns Associadas		19-04-2007	Expense
640000		P.O.E.	622999	x	x	P.O.E.	704010		Expense
<b>IMPOSTOS</b>									
760000		CORPFEEES - General Taxes (Non-I	631300	x	x	Imposto de Selo			Expense
<b>CUSTOS COM PESSOAL</b>									

Natural	Não Utiliza	Description	POC	M	C	Descrição	Comentarios	Data de Inclução	Categories
700110		CORPFEES - Directors Fees - Fix	641100	x	x	Remunerações aos órgãos sociais			Expense
703100		DHRLABOR - 703100	642001	x	x	Salários Directos			Expense
702006		SALLABOR - Regular pay- Salary	642110	x	x	Ordenados			Expense
703003		HRLABOR - Overtime - Fixed	642130	x	x	Horas extraordinárias e compensação 25%			Expense
702071		SALLABOR - Holiday	642150	x	x	Férias a pagar vencidas ano civ. cor.			Expense
702003		SALLABOR - Overtime- Salary	642260	x	x	Salários p/ Serviços Gerais			Expense
703077		HRLABOR - Union Pension	642310	x	x	Salário p/H.Ext., Turnos, Domingos e Comp			Expense
703071		HRLABOR - Union Holidays	642550	x	x	FÉRIAS A PAGAR VENCIDAS ANO CIVIL CORR.			Expense
703067		HRLABOR - Union Christmas Bonus	642611	x	x	SUBSÍDIO DE NATAL - ASSAL.			Expense
702067		SALLABOR - Christmas Bonus	642612	x	x	SUBSÍDIO DE NATAL - MENS.			Expense
703081		HRLABOR - User Defined 1	642681	x	x	PROV. FÉR. E SUB.FÉR.A PAGAR ANO CIV. S	Closed In 02-05-2007		Expense
703062		HRLABOR - Union Vacations	642681	x	x	PROV. FÉR. E SUB.FÉR.A PAGAR ANO CIV. S			Expense
702051		SALLABOR - Pre-Project Eng Effo	642684	x	x	RED. CUSTOS FÉR.SUB.FÉR.VENC ANO CIV AN			Expense
700617		TRAVEL - Per Diem No Vat	642691	x	x	AJUDAS DE CUSTO			Expense
700615		TRAVEL - Private Car Use No Vat	642692	x	x	AJUDAS DE CUSTO KM		31-08-2007	Expense
702021		SALLABOR - Supplemental Earning	642693	x	x	PRÉMIOS DIVERSOS			Expense
702053		SALLABOR - Social Security Insu	645111	x	x	SEG.SOC.S/SAL.PAG.ANO CORR.ASSAL			Expense
703053		SAL - Social Security	645112	x	x	Seg. Social s/ ord. pag. ano corr. - Me			Expense
702054		SALLABOR - German Social Securi	645113	x	x	Caixa de Previdencia Alemã			Expense
702059		SALLABOR - Social Charges	645210	x	x	Segurança Social			Expense
703098		HRLABOR - EPE Hourly Labor Expe	645211	x	x	Prov. S.Soc. s/ fér. SF. a pagar ano ci			Expense
703061		HRLABOR - Social Security	645212	x	x	Prov. S.Soc. s/ fér. SF.		30-04-2007	Expense
702055		SALLABOR - Accident Insurance	646120	x	x	Seguros Accidentes Trabalho			Expense
700128		OFFICE - Medical Supplies	647200	x	x	Desp. c/ posto méd./ medicam.			Expense
700107		OFFICE - Consultants, Contracto	647300	x	x	Desp. c/ cantina			Expense
702044		SALLABOR - Deferred Compensatio	648220	x	x	INDEMNIZAÇÕES P/DESPEDIMENTOS-MENS.ASSA			Expense
702081		SALLABOR - Other Employee Subsidi	648310	x	x	SUBSÍDIOS AO PESSOAL-MENS./ASSAL.			Expense
700622		TRAVEL - Meals	649120	x	x	Custos c/ refeições externas			Expense
700332		TRAINING - Training Materials &	649200	x	x	Desp. c/ formação pessoal			Expense
702080		SALLABOR - Employee Insurance	649800	x	x	Outros custos div. c/ pessoal - S Saude			Expense
<b>OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS</b>									
700111		OFFICE - Dues & Subscriptions	652100	x	x	Quotizações			Expense
700006		MANUFACT - Confidential Exp Not	653000	x	x	Despesas Confidenciais		06-03-2007	Expense
700210		MANUFACT - inspection Material	657000	x	x	Desp. c/ testes de material	Material testes		Expense
700204		CHEMICALS - Chemicals - Other C	657100	x	x	Desp. c/ testes de material		06-02-2008	Expense
<b>AMORTIZAÇÕES</b>									
805005		DEPREC - Tantalum COS Depreciat	662000	x	x	Amortizações			Expense
805403		DEPREC - Portugal Depreciation	662210	x	x	Amortizações Edifícios Industriais			Expense
805404		DEPREC - Portugal Depreciation	662230	x	x	Amortizações Outras construções ligeiras			Expense
805201		DEPREC - Portugal Depreciation	662240	x	x	Amortizações Instalações Externas			Expense
805602		DEPREC - Portugal Depreciation	662260	x	x	Amortizações Instalações de abastecimento			Expense
805601		DEPREC - Portugal Depreciation	662310	x	x	Amortizações Máquinas industriais			Expense
805605		DEPREC - Portugal Depreciation	662320	x	x	Amortizações Instalações técnicas - outras máquinas			Expense

Natural	Mão Utiliza	Description	POC	M	C	Descrição	Comentarios	Data de inclusão	Categories
805802		DEPREC - Portugal Depreciation	662420	x	x	Amortizações Veiculos ligeiros			Expense
805604		DEPREC - Portugal Depreciation	662421	x	x	Amort./ Reint. em Eq. Transporte -Veic.			Expense
805703		DEPREC - Portugal Depreciation	662510	x	x	Amortizações Equipamentos de ensaios normais			Expense
805705		DEPREC - Portugal Depreciation	662520	x	x	Amortizações Equipamento e ferramentas de ensaio esp			Expense
805706		DEPREC - Portugal Depreciation DGCI 6900	662900	X	X	Amortizações desgaste rapido		04-04-2007	Expense
805701		DEPREC - Portugal Depreciation	662611	x	x	Amortizações Instalações para comunicação			Expense
805707		DEPREC - Portugal Depreciation	662612	x	x	Amortizações Equipamentos administrativos			Expense
805702		DEPREC - Portugal Depreciation	662613	x	x	Amortizações Instalações para comunicação			Expense
<b>PROVISÕES DO EXERCICIO</b>									
660000		Obsolesence	667100	x	x	Obsolesence	9174X/937X		Expense
660001		Revaluation Suzhou Inventory Exchange Rate Imp	667190	x	x	Obsolesence Reavaliacao	136006	04-05-2007	Expense
620010		KEP - Provision for Others	672820	x	x	Formação de Provisões p/ Diversos	230302/230303		Expense
702065		SALLABOR - Employee Layoffs	672830	x	x	Formação de Provisões p/ Diversos Cust Pass	230303	03-10-2008	Expense
<b>CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS</b>									
815000		Interest Expense: Debt	681100	x	x	Juros pagos s/ saldos dev. c/c bancos			Expense
820011		Interest Expense KEC	681335	x	x	Juros a pagar a associadas - curto praz.			Expense
820021		Int. Exp. . Bk Not Subject To Withholding Tax	681336	x	x	Juros Outros Empréstimos		28-02-2007	Expense
815100		Penalties & Interest Expense - KC	681500	x	x	Juros de Mora e compensatorios		26-04-2007	Expense
860001		Realized Loss	685400	x	x	Perdas de Cambio Operacionais			Expense
860011		Unrealized Loss	685500	x	x	Perdas de Cambio - Actualiz. Câmbios			Expense
700148		CORPFEES - Bank Charges and Err	688100	x	x	Desp. Bancárias			Expense
<b>CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS</b>									
700102		CORPFEES - Charitable Contributions - Fixed	691100	x	x	Donativos		01-03-2007	Expense
600200		C.O.S. Variable - Dom Dist	693381	x	x	Finished Goods Scrap		28-02-2007	Expense
700213		MANUFACT - Inventory Adjustments Raw Material	693361	x	x	Materials Scrap		28-02-2007	Expense
660002		Obsolesence - Scrap Material	693800	x	x	Outras Perdas em Existencias		06-09-2007	Expense
810001		Gain/Loss On Disposal Of Tangible Assets	694210	x	x	Perdas c/ vendas imobilizado		12-09-2007	Expense
815150		Penalties	695100	x	x	Multas fiscais			Expense
900005		Income Tax P.Y. Effective Taxes	698100	x	x	Insuficiencia da estimativa para impostos		17-09-2007	Expense
860000		Other Expense	698810	x	x	Outros Custos Extraordinarios		31-07-2007	Expense
<b>VENDAS</b>									
500000		Sales Default Acct	712110	x	x	Vendas a terceiros estrangeiros			Revenue
500302		Gross Sales - WIP Sales to Suzhou	712110	x	x	Vendas a terceiros estrangeiros		07-07-2008	Revenue
518000		Customer/Affiliate Adjustments	712120	x	x	Vendas a terceiros estrangeiros			Revenue
620001		Proceeds From Sale Of Material	713110	x	x	Vendas - Subprodutos, desperdicio, residuos e refugos			Revenue
700147		OFFICE - Waste Disposal	713120	x	x	Vendas Sucata Terr. Est.			Revenue
<b>SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO</b>									
700334		TRAINING - Subvention Reimburse	741100	x	x	Despesas Gerais Dividas Recup. de Terce			Expense
703083		HRLABOR - User Defined 3	741100	x	x	Despesas Gerais Dividas Recup. de Terce		05-12-2008	Expense
<b>TRABALHOS PARA A PROPRIA EMPRESA</b>									
704201		ALLOC - Allocation Offset -PRC	754000	x	x	Realocação de custos CIP	150000		Expense
700000		RD - Project Default Acct.	754100	x	x	Trabalhos para a Propria Empresa	Used to Assets		Expense
700355		RD - Clearing Account - 930's	754100	x	x	Trabalhos para a Propria Empresa	Used to Assets	05-12-2007	Expense

Natural	Não utiliza	Description	POC	M	C	Descrição	Comentarios	Data de inclusão	Categories
<b>OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS</b>									
516500		Chargebacks	768100	x	x	Outros Prov e Ganhos Oper não especificados		03-10-2007	Expense
805100		Depreciation & Other - KdM	769100	x	x	Outros Proveitos Operacionais		20-04-2007	Expense
<b>REVERSÃO DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS</b>									
650001		Red. Inventory Reserve	772300	x	x	Reducao Obsolescence			Expense
<b>PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS</b>									
845000		Interest Income	781100	x	x	Juros rec. de depósitos à ordem			Expense
702023		Interest on Employee Loans- Sal	781340	x	x	Juros rec. de empr. a colaboradores inf			Expense
860000		Sub-exchange Gain/Loss	785200	x	x	Lucros de câmbio			Expense
860010		Month End Automatic Revaluation	785500	x	x	Lucros de Cambio - Actualiz. Câmbios			Expense
833000		FWD Contract Discount/Premium	786120	x	x	Desconto p.p relativo a outras compras			Expense
<b>PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS</b>									
810000		Gain/loss on Asset Disposal	794210	x	x	Lucros c/ vendas imobilizado		05-06-2007	Expense
620011		KEP - Provision for Others Redu	796249	x	x	Redução de Provisões p/ Diversos	230302/230303		Expense
855003		Additional Allowance Investment	798300	x	x	Subsidio ao investimento			Expense
855000		Other Income	798800	x	x	Outros lucros extraordinários			Expense
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>									
704200		ALLOC - Total Cost Offset	811110	x	x	Alteração Existências - Prod. Semi- Aca	93790		Expense
700084		RD - New Product Development.	811330	X	X	Alteração Existências - Prod. Semi- Aca	93790	04-04-2007	Expense
600000		Cost of Sales Default Acct	811200	x	x	CMVMC - Standard			Expense
610200		C.O.S. Period	811200	x	x	CMVMC - Standard			Expense
614000		C.O.S. Depreciation	811200	x	x	CMVMC - Standard			Expense
600102		C.O.S. Process Scrap	811210	x	x	Alteração Existências - Prod. Acabados			Expense
630000		Variance - Period	811211	x	x	Variance - Period			Expense
600100		C.O.S. Variable - Dom OEM	811300	x	x	Alteração Existências - Prod. Semi- Aca			Expense
620000		Variance - Variable	811310	x	x	Diferença de preço - ordens de producao			Expense
630300		Period Conversion Variance	811320	x	x	Period Conversion Variance			Expense
635000		Variance - Depreciation	811321	x	x	Variance - Depreciation		11-05-2009	Expense
660000		Revaluation	811400	x	x	Revaluation			Expense
700222		MANUFACT - Stores & Cycle Count	811900	x	x	Variação produção Cycle Count			Expense
<b>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCICIO</b>									
900000		Federal Income Tax Expense	861000	x	x	Impostos s/ rend. do exerc. corrente			Expense
900001		Income Tax C.Y. Effective Taxes	861010	x	x	Impostos s/ rend. do exerc. corrente			Expense
920000	x	Income Tax on Extraordinary Item	861010	x	x	Impostos s/ rend. do exerc. corrente	Não utilizar	04-11-2009	Expense
<b>DUMMY ACCOUNTS</b>									
138002		KEP Consolidating Clearing	000001	x	x	Dummy Account			Asset
167000		Est. Gn/Ls on Disp. - GFI	000003	x	x	Dummy Ganhos e perdas de Imobilizado	Deve estar saldada	05-06-2007	Asset

**Anexo 5 - RFI**

 <b>REPÚBLICA PORTUGUESA</b> <b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</b>	<b>DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS - DGCI</b> DSRI - Direcção de Serviços das Relações Internacionais Av.º Eng.º Duarte Pacheco, 28 - 4º 1000 - 015 Lisboa PORTUGAL Tel: 351.21.3834200 Fax: 351.21.3834414 E-mail: dsri@dgci.min-financas.pt	<b>MOD.</b> <b>21-RFI</b>
<b>PEDIDO DE DISPENSA TOTAL OU PARCIAL DE RETENÇÃO NA FONTE DO IMPOSTO PORTUGUÊS, EFECTUADO AO ABRIGO DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO ENTRE PORTUGAL E:</b> <b>CLAIM FOR TOTAL OR PARTIAL EXEMPTION FROM PORTUGUESE WITHHOLDING TAX, UNDER THE CONVENTION FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION BETWEEN PORTUGAL AND:</b>		
<b>I IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EFECTIVO DOS RENDIMENTOS</b> <b>IDENTIFICATION OF THE BENEFICIAL OWNER OF THE INCOME</b>		
NOME / DENOMINAÇÃO SOCIAL NAME / BUSINESS NAME		
DOMÍLIO FISCAL (Rua, número e andar) TAX RESIDENCE (Street, number and floor)		Número de Identificação Fiscal (NIF) do país de residência Tax Identification Number (TIN) in the country of residence
CÓDIGO POSTAL POSTCODE	LOCALIDADE CITY	PAÍS COUNTRY
CORREIO ELECTRONICO: E-MAIL:		NIF PORTUGUÊS (Ver instruções) PORTUGUESE TIN (see instructions)
<b>II IDENTIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS</b> <b>DESCRIPTION OF THE INCOME</b>		
1 - DIVIDENDOS 1 - DIVIDENDS <input type="checkbox"/> 1.1 - DE ACÇÕES 1.1 - FROM SHARES		
QUANTIDADE NUMBER OF SHARES	ENTIDADE EMITENTE OU CÓDIGO ISIN ISSUER OR ISIN CODE	
1.2 - RESTANTES DIVIDENDOS 1.2 - OTHER DIVIDENDS <input type="checkbox"/>		
VALOR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL VALUE OF THE PARTICIPATION	ENTIDADE PARTICIPADA PARTICIPATED ENTITY	
2 - JUROS 2 - INTEREST <input type="checkbox"/> 2.1 - DE VALORES MOBILIÁRIOS REPRESENTATIVOS DA DÍVIDA 2.1 - FROM DEBT SECURITIES		
VALOR NOMINAL NOMINAL POSITION	DESIGNAÇÃO DO VALOR MOBILIÁRIO OU CÓDIGO ISIN DESCRIPTION OF SECURITIES OR ISIN CODE	DATA DE AQUISIÇÃO ACQUISITION DATE (aaaa/mm/dd) / /
2.2 - RESTANTES JUROS 2.2 - OTHER INTEREST <input type="checkbox"/>		ENTIDADE EMITENTE ISSUER
NATUREZA DOS CRÉDITOS NATURE OF THE DEBT CLAIMS		VALOR DOS CRÉDITOS VALUE OF THE DEBT CLAIMS
DATA DA CONSTITUIÇÃO STARTING DATE (aaaa/mm/dd) / /		
3 - ROYALTIES 3 - ROYALTIES <input type="checkbox"/>		
NATUREZA DAS ROYALTIES NATURE OF THE ROYALTIES		DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (aaaa/mm/dd) DATE OF CONCLUSION OF THE CONTRACT (yyyy/mm/dd) / /
4 - TRABALHO INDEPENDENTE 4 - INDEPENDENT PERSONAL SERVICES <input type="checkbox"/> 5 - TRABALHO DEPENDENTE 5 - INCOME FROM EMPLOYMENT <input type="checkbox"/> 6 - PENSÕES 6 - PENSIONS <input type="checkbox"/> 6.2 - DE NATUREZA PÚBLICA 6.2 - FROM GOVERNMENT SERVICE <input type="checkbox"/> 6.1 - DE NATUREZA PRIVADA 6.1 - OTHER THAN FROM GOVERNMENT SERVICE 7 - REMUNERAÇÕES PÚBLICAS 7 - INCOME FROM GOVERNMENT SERVICE 8 - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS 8 - SERVICES RENDERED Comissões Commissions <input type="checkbox"/> Outras Other <input type="checkbox"/> Especifique Specify		
9 - RESTANTES RENDIMENTOS 9 - OTHER INCOME <input type="checkbox"/> Identifique a natureza do rendimento Describe the nature of the income		
<b>III CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES FISCAIS COMPETENTES DO ESTADO DE RESIDÊNCIA DO BENEFICIÁRIO EFECTIVO</b> <b>CERTIFICATION BY THE COMPETENT TAX AUTHORITIES OF THE BENEFICIAL OWNER'S STATE OF RESIDENCE</b>		
CERTIFICA-SE QUE A ENTIDADE IDENTIFICADA NO QUADRO I É/FOI RESIDENTE FISCAL, NOS TERMOS DO ARTº 4º DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO, EM _____, NO(S) ANO(S) _____ A _____ ESTANDO SUJEITA A IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO. HE CERTIFY THAT THE ENTITY IDENTIFIED IN BOX I IS/WAS RESIDENT FOR TAX PURPOSES, UNDER ARTICLE 4 OF THE CONVENTION FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION IN _____, IN THE YEAR(S) _____ TO _____ AND IS /WAS SUBJECT TO INCOME TAX.		
LOCAL CITY	DATA (AAAA/MM/DD) DATE (YYYY/MM/DD) / /	ASSINATURA E SELLO OFICIAL SIGNATURE AND OFFICIAL STAMP
ENTIDADE ENTITY		

EXEMPLAR DESTINADO À ENTIDADE OBRIGADA A EFECTUAR A RETENÇÃO NA FONTE  
 COPY FOR THE ENTITY OBLIGED TO WITHHOLD TAX 1

<b>IV</b>	<b>QUESTIONÁRIO (A RESPONDER PELO BENEFICIÁRIO DO RENDIMENTO)</b> <i>QUESTIONS (TO BE ANSWERED BY THE BENEFICIAL OWNER)</i>	
<p><b>A - A PREENCHER POR PESSOAS SINGULARES E POR PESSOAS COLECTIVAS</b> <i>A - TO BE FILLED IN BY INDIVIDUALS, COMPANIES AND ANY OTHER BODY OF PERSONS</i></p> <p>1 - Dispõe de estabelecimento estável ou instalação fixa em Portugal? <span style="float: right;">Sim Yes <input type="checkbox"/> Não No <input type="checkbox"/></span> <i>1 - Do you have a permanent establishment or a fixed base in Portugal?</i></p> <p>2 - Participa no capital social da(s) entidade(s) devedora(s) dos rendimentos em percentagem igual ou superior a 10%? <span style="float: right;">Sim Yes <input type="checkbox"/> Não No <input type="checkbox"/></span> <i>2 - Do you participate in the share capital of the debtor(s) of income in a percentage of 10% or more?</i></p> <p>Em caso afirmativo, indique a(s) entidade(s) e a(s) percentagem(ns) correspondente(s) <i>If yes, please indicate the debtor(s) and the corresponding percentage(s)</i></p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>3 - Pertence aos órgãos sociais da(s) entidade(s) devedora(s) dos rendimentos? <span style="float: right;">Sim Yes <input type="checkbox"/> Não No <input type="checkbox"/></span> <i>3 - Do you belong to the board of directors or to the supervisory board of the debtor(s) of the income?</i></p> <p>Em caso afirmativo especifique <i>If yes, please specify</i></p> <p>_____</p>		
<p><b>B - A PREENCHER SOMENTE POR PESSOAS SINGULARES</b> <i>B - TO BE FILLED IN ONLY BY INDIVIDUALS</i></p> <p>1 - No(s) ano(s) civil(is) em que os rendimentos vão ser pagos ou colocados à sua disposição, vai residir em Portugal? <span style="float: right;">Sim Yes <input type="checkbox"/> Não No <input type="checkbox"/></span> <i>1 - Will you stay in Portugal during the calendar year(s) in which the income will be paid or put at your disposal?</i></p> <p>Em caso afirmativo, indique a estimativa do número de dias de permanência <i>If yes, please indicate the estimated number of days of your stay</i></p> <p style="text-align: right;">_____</p> <p>2 - Dispõe de habitação permanente em Portugal? <span style="float: right;">Sim Yes <input type="checkbox"/> Não No <input type="checkbox"/></span> <i>2 - Do you have a permanent home in Portugal?</i></p> <p>Em caso afirmativo, indique o endereço <i>If yes, please indicate the address</i></p> <p>_____</p> <p>3 - Indique a sua data de nascimento (AAAA/MM/DD) _____ e a nacionalidade _____ <i>3 - Please indicate your date of birth (YYYY/MM/DD) _____ and your nationality _____</i></p>		
<b>V</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO INTERMEDIÁRIO FINANCEIRO NÃO RESIDENTE EM PORTUGAL</b> <i>IDENTIFICATION OF THE FINANCIAL INTERMEDIARY NON RESIDENT IN PORTUGAL</i>	
<p>NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL <i>NAME/BUSINESS NAME</i></p> <p>_____</p> <p>DOMICÍLIO FISCAL <i>TAX RESIDENCE</i></p> <p>_____</p> <p>CÓDIGO POSTAL <i>POSTCODE</i></p> <p>_____</p> <p>LOCALIDADE <i>CITY</i></p> <p>_____</p> <p>PAIS <i>COUNTRY</i></p> <p>_____</p> <p>NIF no país de residência <i>TIN in the country of residence</i></p> <p>_____</p>		
<b>VI</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE RESIDENTE EM PORTUGAL QUE SE ENCONTRA OBRIGADA A EFECTUAR A RETENÇÃO NA FONTE</b> <i>IDENTIFICATION OF THE ENTITY RESIDENT IN PORTUGAL OBLIGED TO WITHHOLD TAX</i>	
<p>NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL <i>NAME/BUSINESS NAME</i></p> <p>_____</p> <p>Número de Identificação Fiscal (NIF) <i>Tax Identification Number (TIN)</i></p> <p>_____</p>		
<b>VII</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO EFECTIVO DOS RENDIMENTOS</b> <i>IDENTIFICATION OF THE BENEFICIAL OWNER'S LEGAL REPRESENTATIVE</i>	
<p>NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL <i>NAME/BUSINESS NAME</i></p> <p>_____</p> <p>Número de Identificação Fiscal (NIF) <i>Tax Identification Number (TIN)</i></p> <p>_____</p>		
<b>VIII</b>	<b>DECLARAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EFECTIVO DOS RENDIMENTOS OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL</b> <i>STATEMENT BY THE BENEFICIAL OWNER OR BY THE LEGAL REPRESENTATIVE</i>	
<p>Declaro que sou (a entidade identificada no Quadro I é) o beneficiário efectivo dos rendimentos mencionados no presente formulário e que estão correctos todos os elementos nele indicados. Mais declaro que estes rendimentos não estão efectivamente conexos com qualquer estabelecimento estável ou instalação fixa localizados em Portugal. <i>I state that I am (the entity identified in Box I is) the beneficial owner of the income mentioned in this form and that the information included here-in is accurate. I further declare that this income is not effectively connected with any permanent establishment or fixed base situated in Portugal.</i></p> <p>Local _____ Data (AAAA/MM/DD) <i>City _____ Date (YYYY/MM/DD)</i></p> <p>Assinatura: _____ <i>Signature: _____</i></p> <p>Signatário Autorizado: _____ Função: _____ <i>Name _____ Title/Position: _____</i></p> <p>Autorized signatory: _____ <i>Name _____</i></p>		

Form. mod. 21 - RFI (Pedido de dispensa total ou parcial de retenção na fonte do imposto português)

## INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

### OBSERVAÇÕES PRÉVIAS

O presente formulário destina-se a solicitar a **dispensa total ou parcial de retenção na fonte** do imposto português, quando o beneficiário do rendimento seja residente em país com o qual Portugal tenha celebrado Convenção para Evitar a Dupla Tributação.

Deve ser preenchido, em triplicado, pelo beneficiário efectivo dos rendimentos obtidos em território português (ou pelo seu representante legal em Portugal) destinando-se cada um dos exemplares, depois de certificados pela autoridade fiscal competente do Estado da residência do beneficiário efectivo dos rendimentos, à entidade indicada na parte inferior direita das páginas que o compõem. O formulário é válido pelo prazo máximo de um ano. O beneficiário dos rendimentos deverá informar imediatamente a entidade devedora ou pagadora caso se verifiquem alterações nos pressupostos de que depende a dispensa total ou parcial de retenção na fonte. No caso de dividendos de acções e juros de valores mobiliários representativos de dívida, o formulário deverá ser entregue ao intermediário financeiro junto do qual o beneficiário efectivo tem a conta de valores mobiliários que, por sua vez, o reencaminhará para a entidade residente em Portugal obrigada a efectuar a retenção na fonte.

Qualquer que seja a natureza dos rendimentos indicados no quadro II a entrega do formulário junto da entidade portuguesa obrigada a efectuar a retenção na fonte deverá verificar-se até ao termo do prazo estabelecido para a entrega do respectivo imposto. Essa entidade conservará o exemplar que lhe foi remetido, devendo apresentá-lo apenas quando solicitado e no prazo que for fixado.

O pedido de dispensa de retenção na fonte só se considera entregue quando o formulário estiver integral e correctamente preenchido.

Este formulário pode ser obtido junto das autoridades fiscais competentes dos Estados com os quais Portugal celebrou Convenção para Evitar Dupla Tributação, e ainda via Internet, na página [www.dgci.min-financas.pt](http://www.dgci.min-financas.pt), devendo, neste último caso, a quarta página ser impressa em triplicado no verso das três primeiras.

### QUADRO I

Destina-se à identificação do beneficiário efectivo dos rendimentos. O nome/denominação social, bem como a morada, devem estar completos e, quando preenchidos manualmente, devem ser inscritos com letra maiúscula. O primeiro Número de Identificação Fiscal (NIF) a inscrever corresponde ao do país de residência do beneficiário dos rendimentos. Deverá ainda ser preenchido o NIF português que, caso não exista, será obrigatoriamente requerido pela entidade obrigada a efectuar a retenção na fonte de imposto. A indicação do endereço de correio electrónico (e-mail) é facultativa.

### QUADRO II

Neste quadro, destinado à identificação dos rendimentos, deve assinalar-se a natureza dos rendimentos que vão ser obtidos em Portugal de acordo com as definições e/ou âmbito de aplicação dos artigos da Convenção Para Evitar a Dupla Tributação aplicável. Em particular, o campo 8 (prestações de serviços) deve ser assinalado relativamente aos casos que caíam no âmbito do artº 7º da Convenção, isto é, quando se trate de rendimentos de prestações de serviços a incluir no lucro das empresas.

No campo 1.1, o código ISIN é de preenchimento obrigatório, quando exista, dispensando a indicação da entidade emitente. Deverá ser entregue um único formulário a cada entidade residente em Portugal obrigada a efectuar a retenção na fonte de imposto sobre rendimentos obtidos em território português.

No caso de as linhas serem insuficientes, deverão ser utilizados os formulários que forem necessários.

### QUADRO III

Este quadro é reservado à certificação pelas autoridades fiscais competentes do Estado da residência do beneficiário dos rendimentos.

### QUADRO IV

Responder SIM ou NÃO às questões colocadas, especificando quando aplicável.

### QUADRO V

Este quadro só deve ser preenchido nos casos em que o beneficiário detém acções ou valores mobiliários representativos de dívida em conta aberta junto de um intermediário financeiro não residente em Portugal.

Como se referiu em "observações prévias", será esta entidade que reencaminhará o formulário, depois de devidamente preenchido e certificado, para a entidade residente em Portugal obrigada a efectuar a retenção na fonte.

### QUADRO VI

Quadro destinado à identificação da entidade residente em Portugal que se encontra obrigada a efectuar a retenção na fonte do imposto.

### QUADRO VII

Destina-se à identificação do representante legal do beneficiário dos rendimentos, a identificar obrigatoriamente apenas nos casos em que este pretenda que seja o seu representante legal a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte do imposto devido em Portugal.

### QUADRO VIII

A declaração constante deste quadro deve ser assinada pelo beneficiário efectivo, ou pelo seu representante legal em Portugal.

**Anexo 6 – Modelo de reconciliação bancária**



**Reconciliação Bancária**

Banco:  
 Nº da Conta Bancária:  
 N/ Nº de Conta :

Saldo do Extrato Bancário em 31/01/2010 **EUR**  
**Mais** (Recebimentos apenas movimentados na Contabilidade) **0,00**  
 (Pagamentos apenas movimentados no Banco)

Data	Nº	Descrição	Valor
			0,00
<b>Total</b>			<b>0,00</b>

**Menos** (Pagamentos apenas movimentados na Contabilidade)  
 (Recebimentos apenas movimentados no Banco)

Data	Nº	Descrição	Valor
			0,00
<b>Total</b>			<b>0,00</b>

Saldo Contabilístico em 31/01/2010 -Conta 012012 **0,00**

**Saldo Contabilístico em 31/01/2010 -Contas 012012** **0,00**

Elaborado por:  
 Data / /

Chefe da contabilidade:  
 Data / /